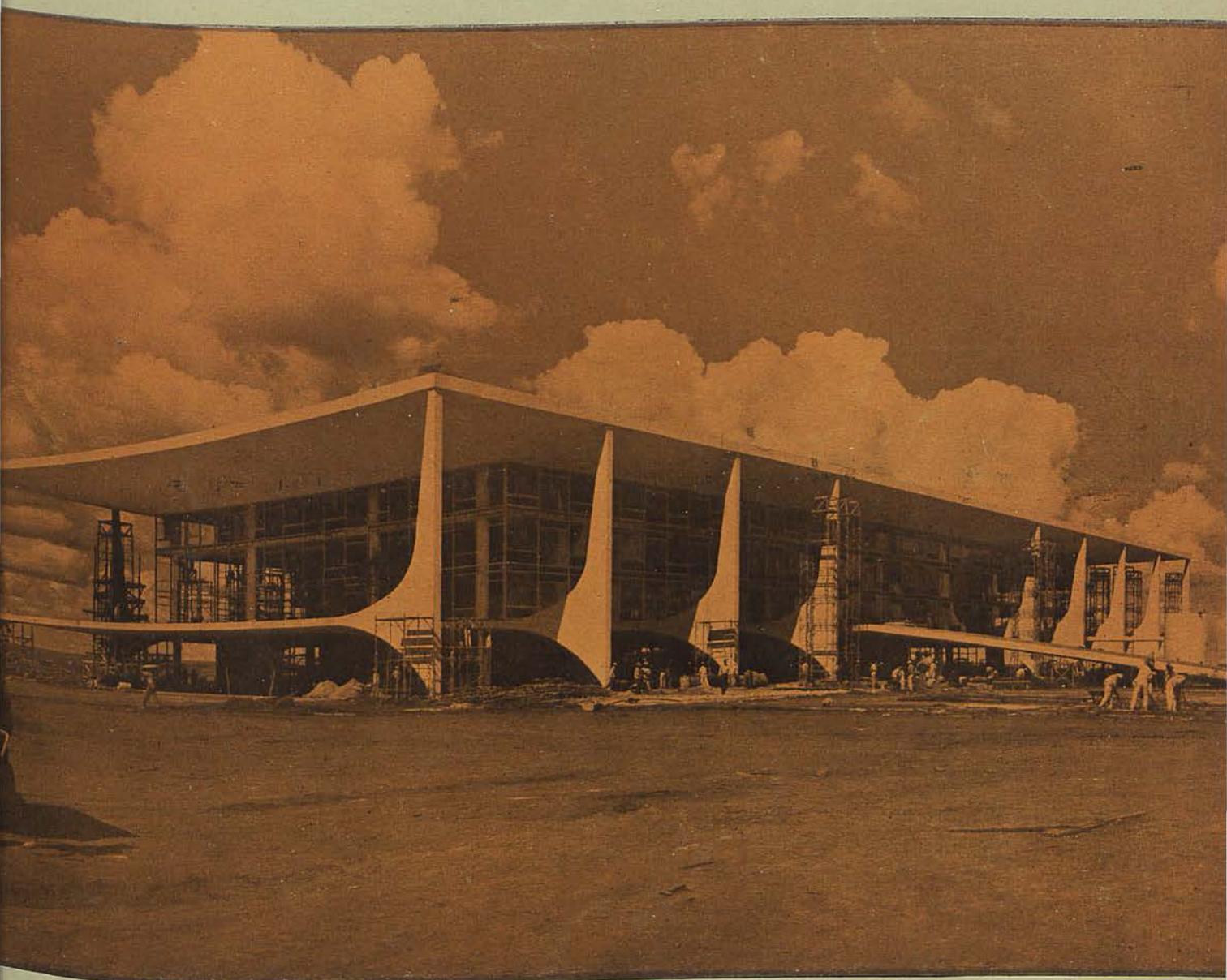
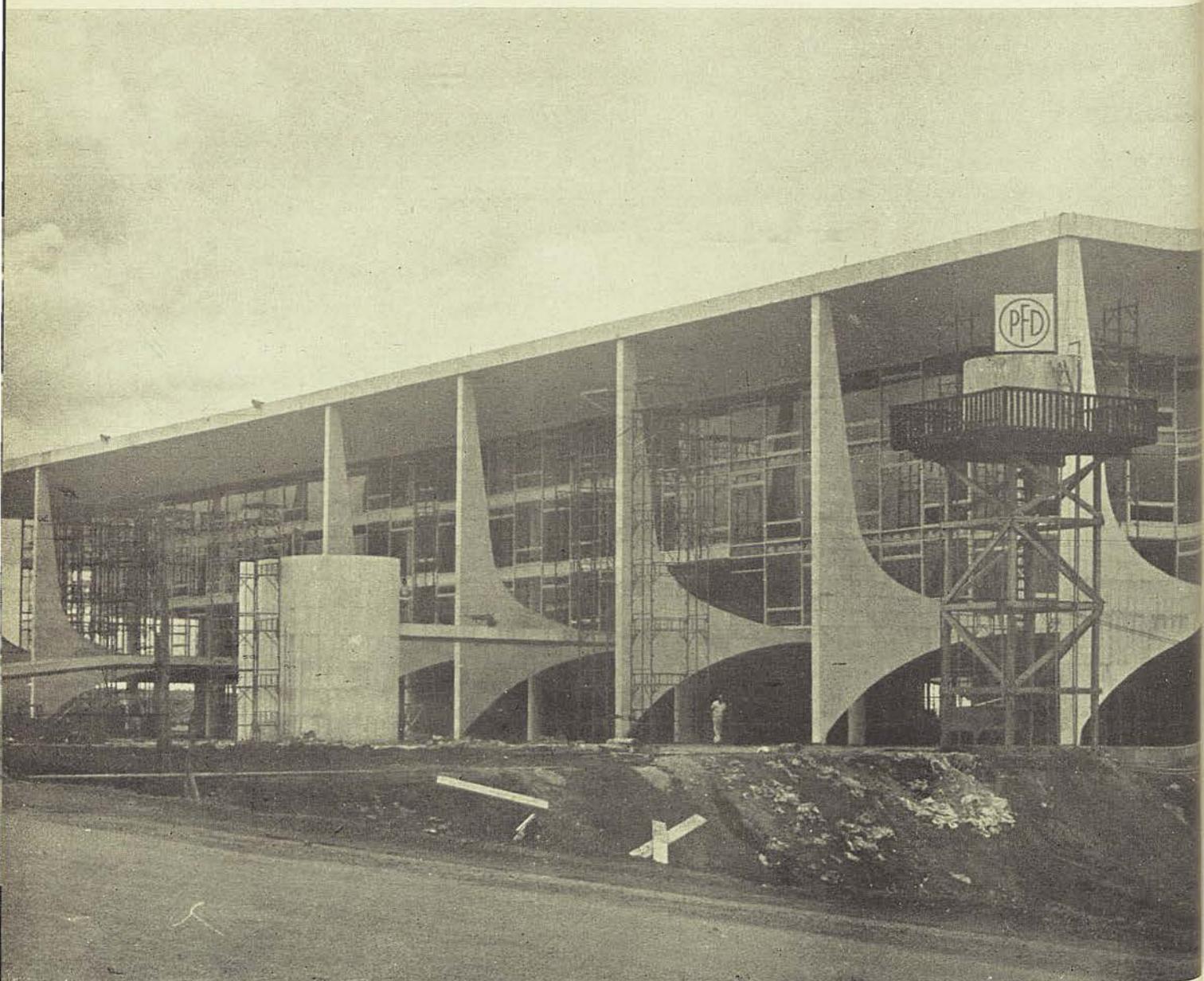


# brasília

38



918.174  
B823



Direção: Nonato Silva.

Layout e capa: Armando Abreu.

Fotos: M. Fontenelle (leica III F - film adox).  
Publicação mensal da Divisão de Divulgação da Novacap.

Redação: Av. Almirante Barroso, 54 - 18.º andar

Fone: 22-2626 — Rio de Janeiro — Brasil.

Número avulso: Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros).

Assinatura anual: Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

A direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Nossa capa: O Palácio dos Despachos. Projeto de Oscar Niemeyer. (Foto de Marcel Gautherot).

**b.**

## a granja de Brasília

Apolônio Sales

Entre as acusações que se fizeram à administração da Novacap tomou vulto um conjunto de críticas à construção de granjas. Teria havido um desperdício de dinheiro, na pletora do luxo de instalações custosas.

Visitando recentemente Brasília não reprimi a minha curiosidade. Fui à principal delas, a que se instalara junto à residência do diretor Íris Meiberg, a fim de verificar se realmente procediam as censuras no que dizem respeito ao desacerto das inversões injustificáveis.

Ninguém me esperava. A ninguém avisara da minha visita. Surpreendi a granja avícola da Novacap na faina cotidiana. Fiz uma visita de avicultor a outro avicultor, procurando levar aos encarregados da gigantesca unidade avícola um pouco da minha modesta experiência, em troca do que pudesse colher ali de bom, no tocante ao manejo do aviário e às novas idéias para instalações grandiosas.

Sinto-me no dever de informar aos que me honram lendo o que escrevo, que a granja da Novacap não é nenhum amontoado de extravagância de avicultor rico, esbanjador de dinheiro. É uma granja certa. É realmente, muito grande. Mais de uma dezena de enormes galpões se espalham na suave encosta como telhados de uma fábrica. São eles bem construídos, mas não são luxuosos. Se o material de construção consta de lâminas de alumínio, treliças delgadas de ferro, piso de tijolo, janelas com vidro apropriado (deixa passar determinados raios do espectro), nada disto foi aplicado por capricho ou desperdício. Centenas de comedores semiautomáticos, bebedouros de água corrente, ninhos coletivos. A construção foi orçada em termos de um grande empreendimento agrindustrial (avicultura hoje se deve pensar em termos de indústria) obedecendo aos ditames da moderna técnica, sem o esquecimento de que nem sempre o menos dispendioso é o mais barato.

Digo até que na granja, sem dúvida avançada para o que se vê aqui pelo País, não passa de modo algum, granjas americanas onde a maqui-

naria, sempre em evolução, realiza níveis de poupança da mão-de-obra que não foram aqui considerados. A granja da Novacap está na altura de um empreendimento moderno. Não atingiu nem as fronteiras do ótimo. Acusar o que aí está feito é insensatez ou desconhecimento do que é um empreendimento avícola. É talvez aferrar-se à concepção do homem do campo com um criador de capoeiras imundas, vivendo como párias a vida rural, em condições de superados escravos da gleba.

Poder-se-ia talvez censurar o vulto do empreendimento.

Teria pena de quem veiculasse tal restrição demolidora. Passou a época dos empreendimentos mirins. Mesmo em atividades rurais. Estas, pelas suas proporções, condicionam atividades humanas mal remuneradas. Condicionam a desesperança de dias melhores e eras de progresso. Talvez que as pequenas granjas sirvam bem para o barateamento da vida dos consumidores acomodados nos altos postos da administração ou entontecidos com os altos rendimentos de outras atividades privadas.

O pequeno agricultor, sem resistência econômica nenhuma, entregará sempre o seu produto, não pelos preços que a legítima competição do trabalho livre assegura, mas entregará o fruto de suas conseqüências a quem dêle se apiede, dando-lhe o que convenha como paga de uma mercadoria sem contabilização e sem lucro.

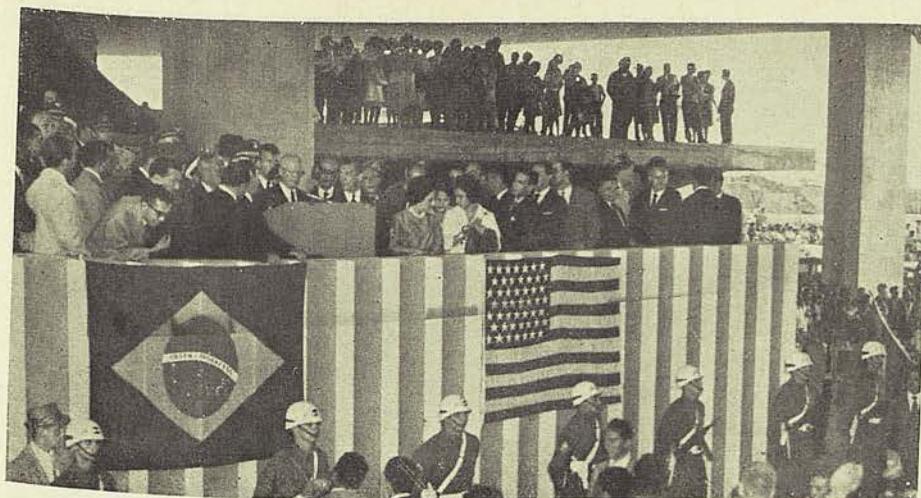
Brasília será um agrupamento de centenas de milhares de consumidores de relativamente alto poder aquisitivo.

Brasília vai precisar abastecimento abundante. No referente aos produtos granjeiros, a avicultura há de sobressair como fornecedora de carne e ovos. Mas deve sê-lo como atividade exercida por pioneiros, rebeldes contra a condição de agricultor mendigo ou avicultor desesperado.

A Novacap dá o exemplo de um empreendimento avícola industrial. É um exemplo, porque palavras já não bastam. Não há como censurar tal atitude.

O presidente Dwight D. Eisenhower, quando recebeu a chave de Brasília.





O presidente dos Estados Unidos da América do Norte no palanque improvisado na plataforma rodoviária.

discurso do

Presidente Juscelino Kubitschek

Com estas palavras, que publicamos na íntegra, o presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, saudou o presidente Dwight D. Eisenhower em sua chegada, a Brasília:

"Chega Vossa Excelência a esta cidade num momento de vigília, quando se aproxima o dia em que o centro da vida política e administrativa da nossa Federação vai transferir-se para este sítio. A presença de V. Exa. aqui, sr. presidente, acrescenta substância histórica às jornadas decisivas que estamos vivendo nesta capital nascente, em poucas dezenas de meses erguida pela determinação, esforço e capacidade de trabalho, na vastidão deserta do planalto interior. Não escondo a emoção com que o vejo descer em Brasília para início de sua viagem à América do Sul. Soldado de tantas pugnas, chega V. Exa. numa hora fecunda de luta. O avião que o trouxe do seu país acaba de pousar num verdadeiro campo de batalha. Este solo recém-desbravado, que V. Exa. pisa pela primeira vez, é uma zona crítica na guerra que decididamente levamos a efeito em favor de um destino melhor para o nosso povo.

Não teríamos cumprido o dever de governantes e de patriotas, se não acordássemos o Brasil inteiro para a luta em prol do desenvolvimento, da prosperidade e da segurança. Teríamos faltado a Deus, que nos legou patrimônio tão grande, se não o valorizássemos com o nosso trabalho; teríamos faltado à posteridade, se não pensássemos nessas gerações que nos vão suceder e que têm o direito de receber um país desenvolvido; teríamos faltado à solidariedade para com a causa do homem, se não enfrentássemos a luta contra o atraso e a estagnação, em que estamos empenhados, para afastar os perigos e as ameaças tão intimamente ligados a uma condição iníqua e insuportável. A grande esperança de justiça social nos dias de hoje está nesse redobrar de energias para o trabalho construtivo. Eis a nova guerra, a guerra fecunda, a cruzada salvadora primeira e única deste século, a guerra geradora de paz.

Ao acolher calorosamente a V. Exa. nesta cidade, que a decisão dos brasileiros acaba

de modelar, capital de um Brasil que se integra em si mesmo e é restituído ao seu tempo — conforta-nos que V. Exa. venha pessoalmente testemunhar a nossa inquebrantável fé no Brasil, que enfrenta dificuldades com a certeza de as vencer.

Não se bateu o meu governo por uma política de desenvolvimento neste Hemisfério — por esta Operação Pan-Americana que representa um apelo à razão e não à generosidade — para ficar à espera dos efeitos benéficos dessa ação multilateral. Já partiu o Brasil — e Deus sabe com que sacrifícios — para a conquista do seu lugar no mundo. Não queremos ser apenas teóricos do desenvolvimento, mas provar, com a nossa tenacidade e exemplo, que agimos conforme pregamos. Como um princípio e uma doutrina, sustentamos que é preciso, para resguardo das liberdades democráticas, criar condições para o trabalho fecundo dos nossos povos. Da nação norte-americana — que também forjou o seu grande destino, com a porfia heróica dos pioneiros — o que esperamos é compreensão; o que desejamos é que ela acredite que a resolução do povo brasileiro de industrializar-se, de utilizar as suas riquezas naturais, de preparar melhores condições de vida atendendo ao nosso crescimento demográfico, de não aceitar, enfim, um destino mesquinho e incaracterístico, é decisiva, definitiva, irreversível".

"Senhor presidente:

Este país, que V. Exa. visita pela segunda vez, é um país amigo, não apenas nas horas propícias — mas também nos momentos em que a amizade era um desafio a poderosas forças do mal, violentamente desencadeadas. Desejamos que V. Exa. verifique e sinta que nenhuma incompreensão e nenhum equívoco logram separar-nos. Nossos dois países permanecem inalteravelmente ligados por afinidades tão profundas, que, sem receio de malentendidos, podem falar um ao outro com a franqueza confiante de irmãos.

Benvindo seja, sr. presidente, à terra do Brasil."



**discurso do  
Presidente Eisenhower**

Foram estas, as palavras do texto do discurso que Ike pronunciou em Brasília, durante a recepção cívica que lhe foi tributada:

"Sr. Presidente, Dr. Israel Pinheiro, cidadãos de Brasília:

Sinto-me profundamente grato pela cordial acolhida que me dispensastes. Alegro-me com o fato de minha volta a esta terra hospitaleira ter-se verificado nesta nova e magnífica cidade, um testemunho vivo de vossos incansáveis esforços, Sr. Presidente, e um símbolo do progresso brasileiro.

É motivo de inspiração poder novamente vislumbrar a visão e energia que caracterizam o Brasil moderno e os seus homens de govêrno.

Nestas últimas horas, compreendi o motivo por que Brasília pôde cativar a imaginação dos meus compatriotas que aqui estiveram, os quais, de regresso à pátria, se mostraram pródigos em seus elogios às maravilhas que os deslumbraram.

Por diversas razões Brasília fascina os cidadãos dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, vossa decisão, tomada há muitos anos, de transferir a capital de nossa jovem pátria de Filadélfia para o Distrito de Colúmbia.

Em segundo lugar, esta aventura de pioneiros recorda-nos o avanço envolvente de nossas próprias fronteiras a conquista do Oeste norte-americano — um processo que só se concluiu quando eu ainda era jovem.

Evidentemente, tenho agora testemunhado a rapidez com que se completa Brasília, compreendo hoje porque é o Brasil denominado um "país apressado".

Brasília é uma epopéia digna das vastas possibilidades e aspirações deste país.

Agradecimento do presidente estrangeiro, sendo traduzido oralmente, que aparece ladeado pelos drs. Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek.

Em terceiro lugar, observa-se aqui um espírito dinâmico que não difere do que pairou sobre as comunidades das fronteiras ocidentais norte-americanas, como, por exemplo, a cidade de minha infância — Abilene, Kansas.

Tem-se dito, com um pouco de humorismo, que o Brasil e os Estados Unidos — ambos influenciados pelas severas imposições da fronteira —, deviam caminhar juntos, por isso que cada um deles tem muito das faltas do outro. Quanto a nós, estamos dispostos a confessar que temos erros. Naturalmente, entendemo-nos bem porque cada um de nós tem muito das virtudes do outro. Somos, certamente, muito parecidos. Nossas vastas extensões territoriais são muito semelhantes em fisionomia e recursos.

Nossos sistemas e formas constitucionais de governo são idênticos.

O povo de nossos países tem várias origens nacionais e ganha força dessa diversidade. Ambos os países estão para sempre consagrados à democracia, à dignidade humana e à liberdade com justiça.

Nossa herança comum acentuar-se-á quando inaugurardes a vossa nova capital, no próximo dia 21 de abril — Dia de Tiradentes. Foi em 1787 que Thomas Jefferson, então nosso ministro na França, deu seus conselhos de alento a José Joaquim de Maia, emissário de Tiradentes e de seu pequeno grupo de inconfidentes.

Aquêles patriotas brasileiros — para lembrar a observação de Joaquim Nabuco — tinham seus olhos voltados para a nova democracia do norte, numa época em que, aqui, era crime até mesmo pensar em independência.

Vossa liberdade e a nossa foram conquistadas por homens de indômita coragem e apaixonada visão, e são essas qualidades em nossos homens de hoje que nos conduzirão a um futuro mais brilhante, tão eloqüentemente antevisto por esta nova cidade de fronteira.

A vós, Dr. Pinheiro, e a vossos milhares de auxiliares, foi confiada a grande tarefa de transformar em realidade um inspirado sonho de planejadores. Felicito-vos pelas maravilhas que estais modelando.

Aos trabalhadores aqui reunidos e, por meio deles, a todos os trabalhadores do Brasil, dirijo minhas especiais saudações. Oxalá seja o vosso trabalho fecundo no desenvolvimento e bem-estar do Brasil. Que vossas mãos se apertem firmemente às mãos dos trabalhadores dos Estados Unidos e às mãos dos trabalhadores de todo o mundo livre na construção de uma vida mais rica, em liberdade para vós mesmos, para vossos filhos e para tôdas as gerações vindouras.

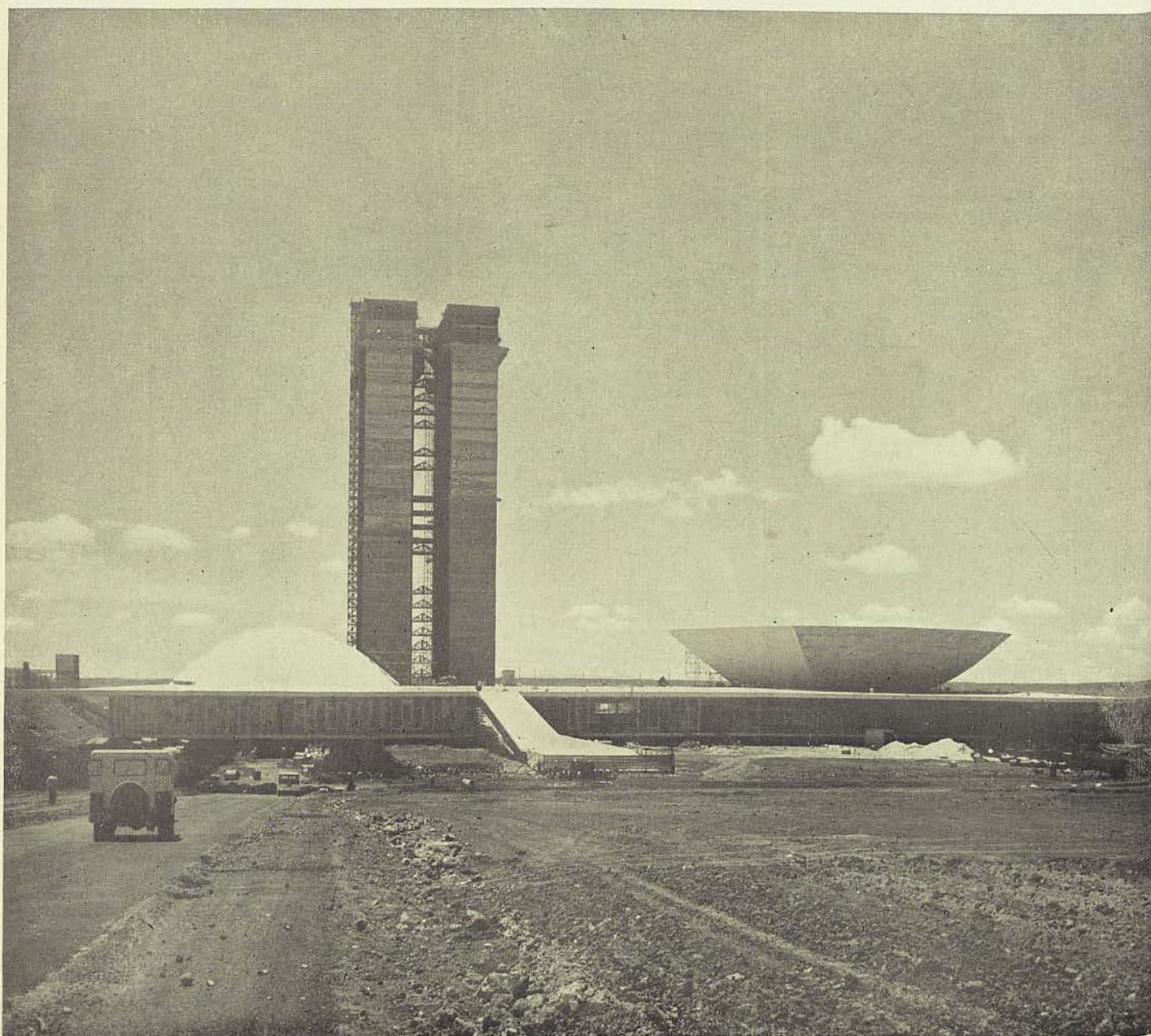
Agradeço a todos a honra que me haveis tributado a mim e a meu país. Foi esta uma ocasião memorável e emocionante."

À saída do Palácio da Alvorada, o presidente Eisenhower é acompanhado pelo presidente da República, dr. Juscelino Kubitschek, sua esposa D. Sara Kubitschek, suas filhas Márcia e Maristela e pelo presidente da Novacap, dr. Israel Pinheiro.



## a marcha da construção

Dois aspectos do Congresso Nacional onde se nota a finalização do revestimento da Câmara dos Deputados. (Fotos de M. Gautherot).



**Edificação:** A Novacap já concluiu em Brasília os seguintes edifícios: Palácio Residencial do Presidente da República; Brasília Pálace Hotel; Supremo Tribunal Federal (10 190 m<sup>2</sup>); Escola Parque (6 000 m<sup>2</sup>); 8 Módulos duplos de lojas e galpões (4 440 m<sup>2</sup>); Quartel da 6.<sup>a</sup> Companhia de Guardas (3 215 m<sup>2</sup>); Granjas-Modêlo G-2 (Ipê), G-3 (Torto) e G-4, com 2 710 m<sup>2</sup> cada uma; Departamento de Assistência Médica (2 255 m<sup>2</sup>); Central Telefônica Sul (2 028 m<sup>2</sup>); dependências do Jardim Zoológico (1 146 m<sup>2</sup>); Escola-Classe (1 140 m<sup>2</sup>); Colégio Dom Bosco (1 211 m<sup>2</sup>); Escritórios do D. E. e D. U. A. (1 000 m<sup>2</sup>); Hangar do Aeroporto . . . . . (886 m<sup>2</sup>); 14 lojas comerciais (560 m<sup>2</sup>); Museu de Brasília (417 m<sup>2</sup>); Paranoá Clube (325 m<sup>2</sup>); Diretoria de Rotas Aéreas (299 m<sup>2</sup>); aumento da Estação de Passageiros do Aeroporto (250 m<sup>2</sup>); Correios e Telégrafos (160 m<sup>2</sup>) e Pôsto de Puericultura (144 m<sup>2</sup>).

Acham-se em acabamento e deverão estar concluídos em abril; 11 Edifícios Ministe-

riais (210 000 m<sup>2</sup>); Palácio do Planalto (36 000 m<sup>2</sup>); Congresso Nacional . . . . . (32 776 m<sup>2</sup>); Supermercado da Unidade de Vizinhança (2 445 m<sup>2</sup>).

Em andamento, encontram-se as seguintes obras: com estrutura pronta — anexos dos Ministérios (18 531 m<sup>2</sup>), anexos do Hotel de Turismo (6 000 m<sup>2</sup>), 8 Módulos duplos de lojas (1 920 m<sup>2</sup>). Com alvenaria terminada — Hospital Distrital de Brasília (32 000 m<sup>2</sup>), anexos do Congresso Nacional (29 000 m<sup>2</sup>). Em concretagem da estrutura — Departamento de Imprensa Nacional (13 000 m<sup>2</sup>), Catedral de Brasília (3 000 m<sup>2</sup>), Cinema da Unidade de Vizinhança (2 000 m<sup>2</sup>), Observatório Meteorológico (1 000 m<sup>2</sup>). Nas fundações — Tribunal de Contas (17 640 m<sup>2</sup>); 3 blocos de apartamentos (12 000 m<sup>2</sup>); 6 residências ministeriais (3 667 m<sup>2</sup>); 2 Escolas-Classe (2 280 m<sup>2</sup>); 2 restaurantes da Unidade de Vizinhança (1 350 m<sup>2</sup>), Escola Médica Compreensiva e Torre de Televisão.

Obras a cargo de autarquias. Diversas autarquias de previdência vêm construindo em Brasília.

O Iapi tem a seu cargo 24 edifícios residenciais de 6 pavimentos sôbre pilotis; 34 de 3 pavimentos e 3 edifícios para sua sede. Nesses blocos, há 4 tipos de apartamento, com área variável de 40 a 150 m<sup>2</sup>. Dêsse conjunto, acham-se prontos para serem habitados, em 21 de abril, 5 edifícios na Superquadra 105, com 180 apartamentos; 9 edifícios na Superquadra dupla 409/410, com 336 apartamentos.

Dos 11 blocos projetados pelo Iapc com o total de 432 unidades residenciais, já foram concluídos 3 na Quadra 306 e 5 na Quadra 106. Os 3 restantes encontram-se em acabamento, com entrega prevista para antes da transferência da Capital Federal. A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, até 15 de abril, terá prontos 11 prédios com 432 apartamentos.

A cooperação do Iapc no esforço imobiliário realizado em Brasília foi de 11 edi-



fícios, com 420 unidades residenciais que poderão ser habitadas a partir de 15 de março.

Entre as obras já executadas pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, incluem-se 222 casas residenciais de dois pavimentos; 28 lojas de 3 pavimentos; (loja, sobreloja e residência); 34 lojas comerciais com sobreloja, na Quadra 107, 34, idem, na Quadra 103; e 3 hotéis de dois pavimentos, com um total de 102 pavimentos.

A Fundação da Casa Popular, de 1957 a 1959, construiu 5 residências de um pavimento, e 840 apartamentos, distribuídos por 28 blocos de três pavimentos. Em andamento, mais 6 blocos de 3 pavimentos, com 180 apartamentos de sala e três quartos.

Constrói o Ipase, nas Superquadras 206 e 208, 22 blocos de 6 pavimentos, sobre pilotis, com 768 apartamentos de três tipos.

Para entrega em abril, estão previstos 96 apartamentos do tipo C, 144-B e 48-A. Programou ainda, para o corrente exercício a construção de um conjunto residencial com 210 casas, 1 escola primária e 1 jardim de infância.

**Urbanização:** Foram já construídos e asfaltados, no Setor Sul: Eixo Rodoviário, Ruas Paralelas, Ruas Transversais, Avenida das Nações, Praça dos Três Podêres, Avenidas de acesso aos loteamentos externos ao Lago, Esplanada dos Ministérios, Aeroporto Internacional, 75 viadutos e passagens de nível inferior, e a Palataforma Central no cruzamento dos eixos principais, com 19 000 m<sup>2</sup>.

A Novacap colocou à venda, por intermédio de seus escritórios no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, Recife, Anápolis, Belo Horizonte e Goiânia, 18 018 lotes em Brasília. Os números expressam a boa aceitação que obtiveram os terrenos e a confiança que o povo brasileiro deposita no progresso da nova metrópole. Daquele total, foram vendidos 13 769, no valor de Cr\$ 4 755 803 660,10, restando, pois, para venda, apenas 4 249 lotes.

**Ferrovias:** O entrosamento de Brasília com o sistema ferroviário do País estará assegurado com a Brasília — Pirapora, na Estrada de Ferro Central do Brasil e Brasília — Colômbia (SP), na Estrada de Ferro Paulista. Esta última, cruzando a Estrada de Ferro Goiás, em Pires do Rio, articulará a Nova Capital com a Rêde Mineira de Viação e a Estrada de Ferro Mogiana. Graças a êstes sistemas, Brasília ficará vinculada a todos os pontos do território nacional, através das rêdes já existentes.

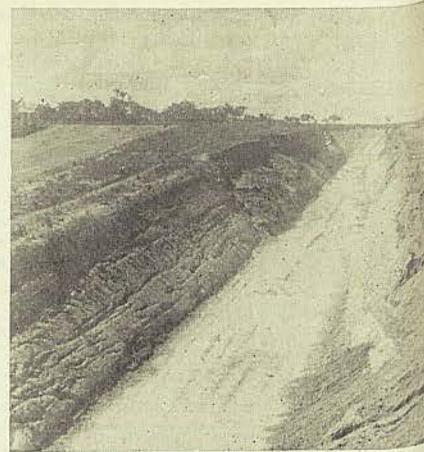
As obras do trecho Brasília — Surubi (86 quilômetros) foram atacadas com tóda a intensidade.

Em franco desenvolvimento acham-se também as do trecho Pires do Rio — Surubi, que, de par com o Surubi — Brasília, ligará a nova Capital ao sistema ferroviário nacional, através de uma linha de 240 km. Os serviços de terraplenagem desta última encontram-se no grade 94 km, ou seja, 39% da extensão.

Ultimaram-se 3 viadutos, em passagens superiores de cruzamento da ferrovia com as rodovias Brasília — Anápolis e Brasília — Belo Horizonte, num total de 144 km. Das 119 obras de arte correntes concluídas, 82 foram executadas em 1959.

A Pirapora — Brasília, cujo término é previsto para segunda etapa, prossegue normalmente, encontrando-se os trabalhos de construção no grade de 66 km, correspondente a 80% do trecho atacado. Os serviços de terraplenagem alcançaram um volume de 960 000 m<sup>3</sup> e construíram-se 48 obras de arte, das quais 27 em 1959. Ainda no trecho de Pirapora, merece destaque a ponte sobre o Rio Tobi, de 50 m de vão, com os pilares e encontros concluídos em dezembro.

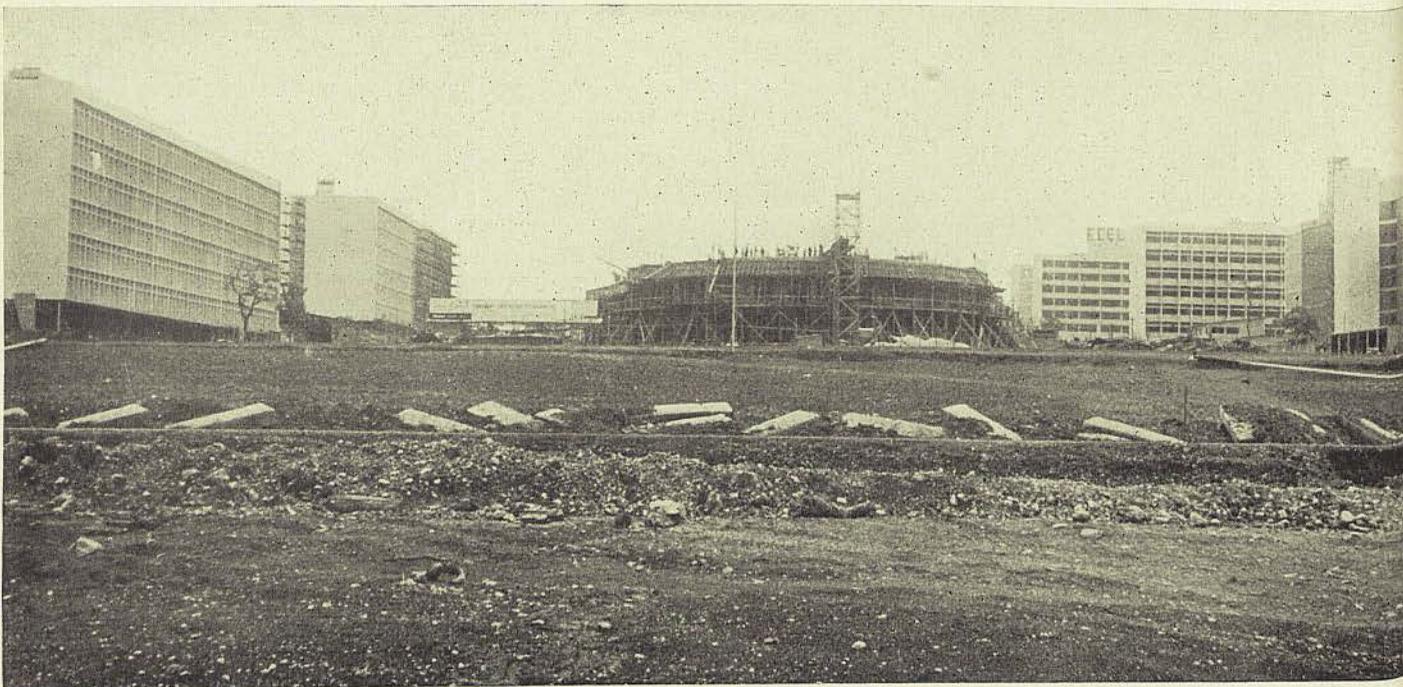
De 1957 até 1959, as despesas com os serviços ferroviários a cargo da Novacap elevaram-se a Cr\$ 1 271 101 000,00, assim distribuídos: Cr\$ 1 075 428 000,00 na ligação Brasília — Pires do Rio; ..... Cr\$ 195 673 000,00 no trecho que vai de Pirapora ao Rio do Sono.

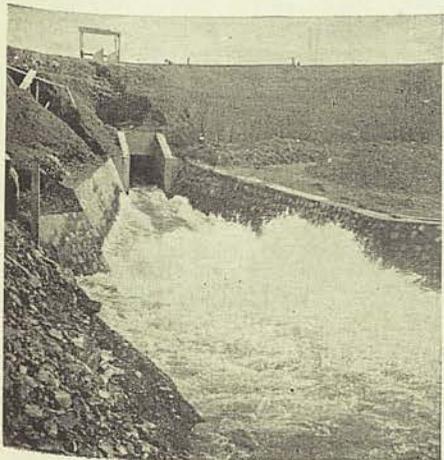


Leito da estrada de ferro que ligará Brasília a Pirapora e São Paulo.

Ao lado: vemos o viaduto do trevo na asa sul do Plano Piloto. As fotos seguintes mostram, respectivamente, o abastecimento d'água, a torre do radiolocal em micro-ondas e finalmente a rêde d'água e esgotos na esplanada dos ministérios.

Construção do cinema da unidade de vizinhança.





**Rodovias:** A partir de dezembro de 1959, Brasília se acha integrada no sistema rodoviário nacional. A conclusão das linhas Brasília — Anápolis e Brasília — Belo Horizonte veio assegurar as comunicações para qualquer ponto do País. A grande rodovia Belém — Brasília cobrindo uma extensão de 2 194 km teve o seu término antecipado para fevereiro deste ano.

Por concluir, acha-se apenas a ponte sobre o Tocantins, nas divisas dos Estados de Goiás e Maranhão, cuja travessia ainda está sendo feita por meio de balsas. Esta ponte, monumental obra de engenharia, que mede 532,7 m de comprimento e 10 de largura, apresenta um arco central de 132,5 m, cuja altura permite livre tráfego às embarcações que navegam o Tocantins.

A rodovia Brasília — São Paulo está quase toda pavimentada, com exceção de apenas 15% de seu leito, e já permite o tráfego normal, mesmo na estação chuvosa.

Ainda em 1959, executou-se o trecho Brasília — Luziânia, totalmente pavimentado, setor da rodovia-tronco Brasília — Belo Horizonte, cuja construção esteve a cargo da Novacap.

**Energia:** No abastecimento de energia elétrica, venceram-se as seguintes etapas: construção da Barragem Paranoá, possibilitando um aproveitamento de 30 000 H.P., com todo o material indispensável já adquirido; término da primeira etapa da Usina da Cachoeira Dourada com a instalação de duas unidades de 18 500 H.P. e início da segunda etapa — elevação da Barragem — que proporcionará um potencial de ... 135 000 H.P.; acabamento da linha de transmissão de 180 km que liga Goiânia a Brasília; construção e montagem da subestação abaixadora principal, ponto de convergência para os circuitos de 220 000 volt. provenientes da Usina da Cachoeira Dourada.

Junto a essa subestação abaixadora serão instalados grupos termo-elétricos auxiliares, com capacidade de 13 500 kw. Para a distribuição de energia elétrica na Asa Sul e no Eixo Monumental, já se executaram serviços que correspondem a 60% da rede subterrânea, em 250 km lineares de ductos; a 70% das subestações de 33 000 / 13 200 volt; a 52% das redes aéreas de 33 kv inclusive linha de transmissão para a Estação Elevatória do Sistema de Abastecimento de água; e 50% da parte de construção civil das Subestações dos Edifícios Públicos. Concluiu-se a construção e a montagem de 3 usinas termo-elétricas, de emergência, com a capacidade total de 2 400 kw e a das redes aéreas provisórias, para abastecimento dos diversos canteiros de obra.

**Telecomunicações:** A 1.º de janeiro último já se encontravam em operação as seguintes redes: serviço telefônico local, com uma central automática de 200 linhas, servindo a 500 telefones, através da rede provisória de 100 km de extensão; serviço telefônico interurbano, com um canal bilateral de radiotelegrafia ligando Brasília ao Rio de Janeiro; serviço telegráfico, atendido por dois canais de rádio Brasília — Rio, com equipamento de manipulação automática Creed e teletipos.

Trabalhos intensos se desenvolvem para ultimar, no serviço local, a instalação da Central Telefônica-Sul, com a capacidade, no início de 5 000 linhas, e mais 6 postos satélites que perfazem 800 linhas. Essa

estação, e servida por contadores de chamada, equipamentos de controle, testes eletrônicos e informações automáticas, é das mais bem aparelhadas do mundo. A entrega da primeira etapa da rede subterrânea de ductos, compreendendo a Asa Sul e o Eixo Monumental, possibilitará a instalação de, aproximadamente, 15 000 telefones. Serão estendidas linhas aéreas automáticas às cidades satélites de Brasília, Sobradinho e Taguatinga, permitindo funcionar, pela primeira vez no País, um serviço telefônico rural automático.

Quanto ao serviço interurbano, promove-se a ligação Brasília — Rio de Janeiro, via-rádio (ondas curtas), pelo sistema independent-side-band, com 12 canais. Esse equipamento será utilizado para ligações diretas com Recife, Salvador e Porto Alegre, assim se instale o radioenlace em micro-ondas.

**Radioenlace em micro-ondas:** Em 15 de abril, ficará estabelecido o radioenlace em micro-ondas Brasília-Uberlândia-Uberaba-Belo Horizonte-Rio de Janeiro, que proporcionará 132 ligações simultâneas. Nessa rede, cuja implantação se faz em prazo recorde, já se encontram prontos, desde janeiro, os postos de Belo Horizonte a Brasília e os trechos Belo Horizonte-Rio de Janeiro.

**Águas e esgotos:** Também neste setor se ultimaram obras de vulto, entre as quais a construção da Barragem do Torto, primeira etapa para o abastecimento do Plano Piloto, e a construção da Usina de Recalque e da Linha Adutora, com extensão de 9 quilômetros e diâmetro de 1 metro.

Ao lado do reservatório R1, ergue-se a Estação de Tratamento, cuja parte de construção civil (filtros e decantadores) foi iniciada e concluída em 1959. No mesmo prazo construíram-se os Reservatórios R1 e R2, com igual capacidade: 30 milhões de litros.

Na Zona Sul, concluíram-se 115 km de uma rede de água potável que terá 140 km. Igualmente, ultimou-se o serviço de captação e distribuição por gravidade do bairro D. Bosco. Ainda no Setor Sul, para o escoamento das águas pluviais, Brasília dispõe de uma rede de 100 km de galerias. Quanto a esgotos sanitários, dos 51 km previstos para a primeira etapa, 38 km já se instalaram em vários distritos; em abril estará funcionando uma estação depuradora.

**Educação e Ensino:** Desde o início da construção da Nova Capital empenhou-se o Governo em instalar escolas primárias para os filhos de funcionários e operários que ali trabalham. Atualmente, confiados a um corpo de 67 professores, existem 12 escolas primárias, com 2 134 alunos, e 2 Jardins de Infância. Registre-se, ainda, que a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes mantém 192 cursos em Brasília.

Quanto ao ensino particular, é ministrado em 8 escolas primárias, com 1 996 alunos, e em 2 ginásios, com 708. Promoveu-se a criação de instituições culturais, tais como 2 bibliotecas públicas, 1 curso de línguas estrangeiras, 1 escola de artes plásticas e 1 grupo teatral infantil. Em dezembro de 1959, foi instituída a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, com o fim de superintender o ensino primário e o de grau médio da Nova Capital. Como 1.ª etapa no setor do Ensino



Profissional, já funciona no distrito operário de Taguatinga uma Escola de Aprendizagem Industrial, com capacidade para 250 alunos em regime de semi-internato. Cada grupo de 4 superquadras, na Nova Capital, disporá de um Centro de Educação Elementar destinado à população infantil, com 4 Jardins de Infância para 800 crianças, 4 Escolas-Classe para 1 920 alunos e 1 Escola-Parque complemento das Escolas-Classe, onde, em horário suplementar, se praticarão diariamente atividades esportivas, sociais e culturais.

Para jovens de 11 a 18 anos haverá, em Brasília, Centros de Educação Média, cuja capacidade de 2 200 alunos corresponde à proporção de 1 estabelecimento a cada núcleo de 45 000 habitantes. Estes Centros funcionarão em regime de tempo integral.

A formação e aperfeiçoamento de professores primários far-se-á através de um Centro de Magistério, que, como unidade escolar tipicamente profissional, compreenderá também cursos especializados. Cada Unidade de Vizinhança será dotada de um Centro de Recreação e Atividades Sociais e Culturais, para crianças, adolescentes e adultos.

Terá Brasília, em abril, dois jardins de infância, uma Escola-Parque, 4 Escolas-Classe, um centro de educação média e um centro cultural e de recreação.

Tôdas as providências foram tomadas no sentido de se proporcionarem matrículas às crianças e adolescentes, bem como condições satisfatórias para o estudo e aproveitamento escolar.

**Assistência Social e Médica:** No planejamento da rede hospitalar de Brasília, tiveram-se em mira os seguintes objetivos: propiciar a tôda a população um serviço médico de alto nível; localizar os hospitais de tal modo que cada habitante possa ser atendido no Hospital Distrital a que pertence a sua Unidade de Vizinhança. Para tanto, contará com um Hospital de Base,

Hospitais Distritais, Hospitais Rurais e Unidades Satélites.

Na data da transferência, estará funcionando na Superquadra n.º 101, no centro urbano, o primeiro Hospital Distrital, com ambulatório, socorro urgente, centro cirúrgico, Unidade de Saúde, serviço de diagnóstico e tratamento, enfermarias com 306 leitos, numa área total de 32 000 m<sup>2</sup>. Vem o Departamento de Saúde Pública da Novacap realizando a vacinação em massa dos moradores de Brasília e cidades satélites contra doenças infecto-contagiosas. Por outro lado, o Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Serviço Nacional da Lepra e o Serviço Nacional de Tuberculose já iniciaram as suas atividades exercendo a fiscalização médica domiciliar. De grande benefício tem sido, igualmente, a assistência médica, cirúrgica e odontológica que o hospital do Iapi põe ao alcance não só de seus associados, mas também dos funcionários da Novacap, dos servidores em geral e particulares.

#### Abastecimento

O abastecimento de Brasília não oferece problema, graças a providências diretas da Novacap e à sua política de estímulo aos empreendimentos privados.

No tocante à avicultura, construiu-se uma colônia-modelo para 75 mil aves, a fim de suprir as deficiências da iniciativa particular e prestar assistência técnica aos criadores, fornecendo-lhes plantéis de alta linhagem. O consumo de produtos da pequena lavoura vem sendo regularmente atendido pela Cooperativa Agrícola Mista, há mais de dois anos.

Para racional distribuição dos produtos, está-se construindo um centro de abastecimento, com a área de 1 400 000 m<sup>2</sup> e três supermercados distritais.

Além de um estábulo-pilôto, possuirá Brasília uma usina de pasteurização, apta a beneficiar 30 mil litros de leite diários.

Casa de força da RP 1.

Pôsto de assistência médica.



Acha-se em construção um armazém frigorífico, com capacidade de estocagem para abastecer de carne bovina um núcleo de 300 mil habitantes durante três meses.

#### Instalação de Órgãos Federais

Aceleraram-se, em 1959, as atividades do Grupo de Trabalho incumbido de realizar a transferência da administração federal para Brasília, com o equacionamento dos principais problemas atinentes à fase preliminar da mudança. Assim, foram fixados os quantitativos correspondentes ao 1.º grupo de servidores do Poder Executivo, que deverão ter exercício na Nova Capital a 21 de abril de 1960, no total de 1 185 funcionários, cuja relação nominal está praticamente ultimada.

Constrói-se, também, um Parque de Material, com área útil de 1 290 m<sup>2</sup>, destinado ao controle e armazenagem de material de expediente e de consumo.

Já se ultimaram estudos para que se estabeleçam comunicações, por via aérea, duas vezes por semana, entre o Rio de Janeiro e Brasília, para o transporte, em malas especiais, da correspondência burocrática.

Próximo ao bloco ministerial vão ser instalados dois restaurantes para servidores em geral, com capacidade para 400 refeições de cada vez.

O Grupo de Trabalho de Brasília incumbir-se-á do transporte gratuito dos servidores civis e militares, bem como de suas respectivas bagagens.

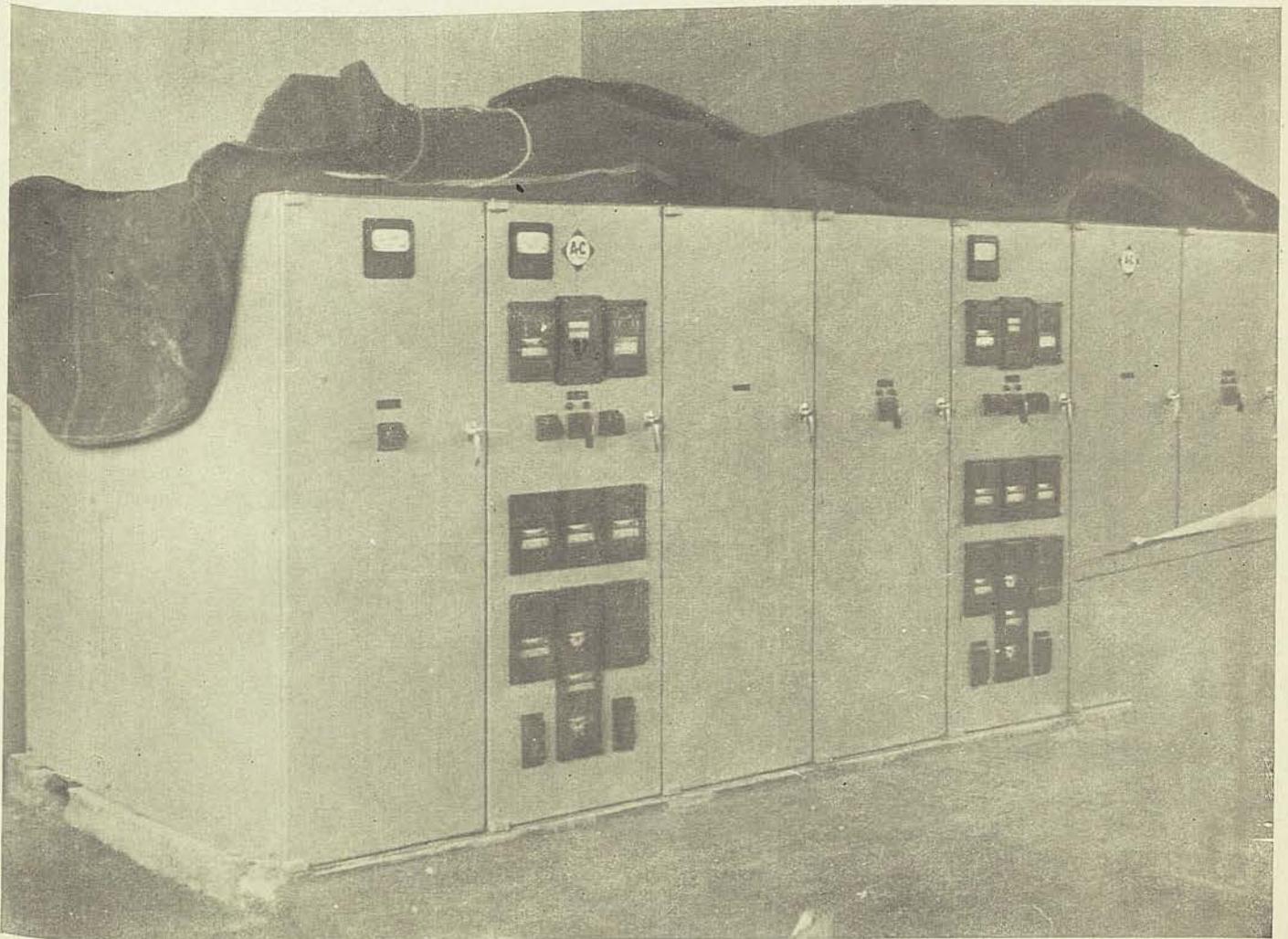
#### Alojamento de funcionários

Os imóveis construídos em Brasília, pelos Institutos de Previdência, para alojamento de pessoal, serão arrendados à União, que os destinará aos servidores, mediante aluguel módico, a ser complementado pelos cofres públicos, com os recursos para esse fim consignados no Orçamento.

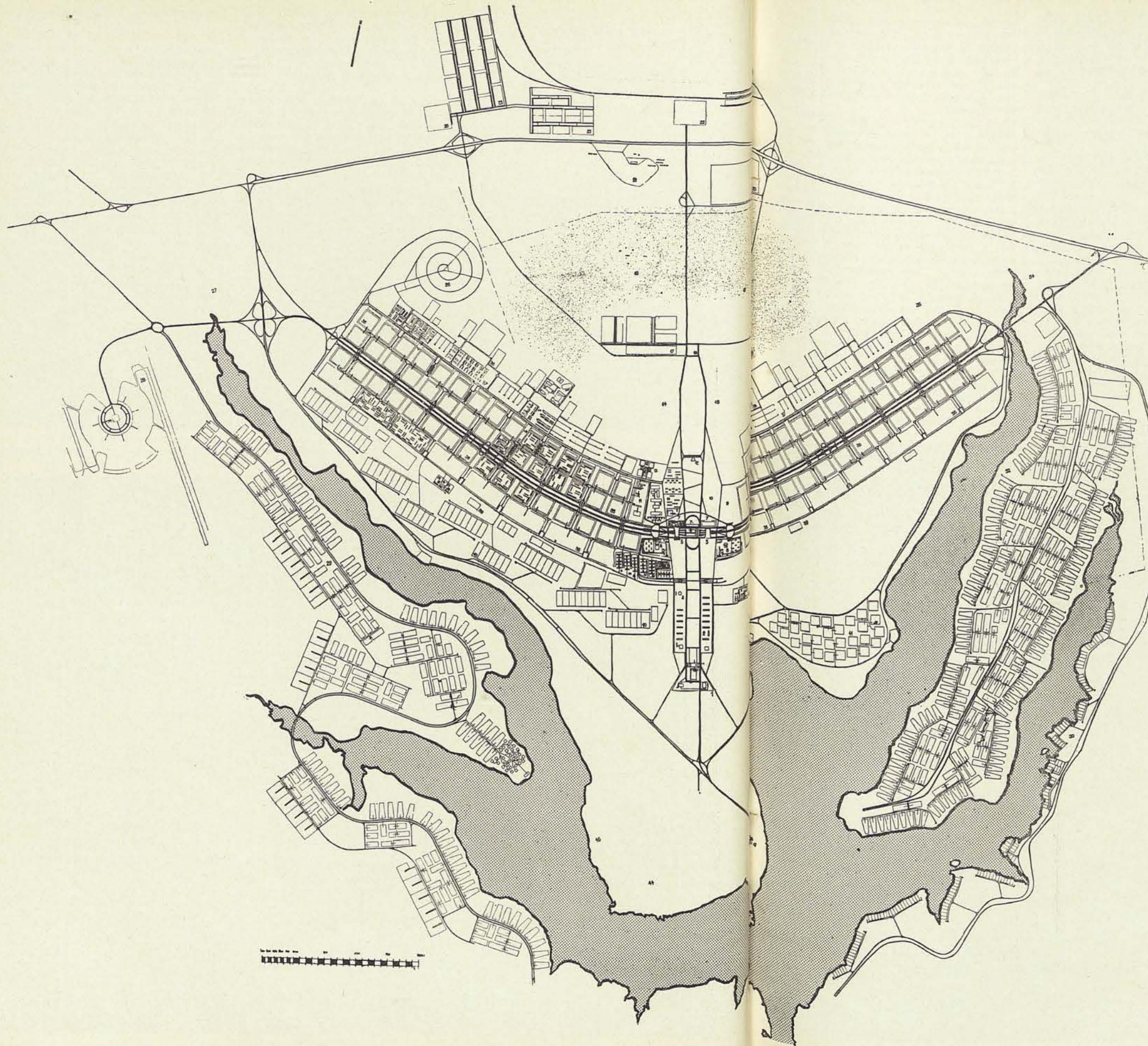
Já se encontram disponíveis 3 212 unidades residenciais, assim discriminadas: 840 apartamentos de 1 quarto e 1 sala (38,9 m<sup>2</sup>) a Cr\$ 3 000,00 mensais; 540 apartamentos de 2 quartos e 1 sala (74 m<sup>2</sup>) a Cr\$ 5 000,00; 180 apartamentos de 2 quartos e 1 sala (81 m<sup>2</sup>) a Cr\$ 5 500,00; 768 apartamentos de 3 quartos e 1 sala (110 m<sup>2</sup>) a Cr\$ 7 500,00; 384 apartamentos de 3 quartos e 1 sala (118 m<sup>2</sup>) a Cr\$ 8 000,00; 200 apartamentos de 3 quartos e 1 sala (Caixa Econômica) a Cr\$ 8 000,00; 180 apartamentos de 3 quartos e 1 sala (125 m<sup>2</sup>) a ..... Cr\$ 10 000,00 e 120 apartamentos de 4 quartos e 1 sala (197 m<sup>2</sup>) a ..... Cr\$ 15 000,00.

Aos que ocupam cargos de confiança e cuja permanência na Nova Capital pode ter caráter transitório, facultar-se-ão residências mobiliadas de 1, 2 e 3 quartos, por preço módico. Também se promoveu a aquisição de mobiliário indispensável ao funcionamento dos diversos Ministérios, evitando-se o transporte anti-econômico do material em uso e não adequado às novas instalações.

Controle da represa do Paranoá.



**plano  
piloto  
de brasília**



Planta em desenvolvimento  
Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1960

- 1 — Praça dos Três Poderes.
- 2 — Esplanada dos Ministérios.
- 3 — Catedral.
- 4 — Setor de Autarquias.
- 5 — Setor Cultural.
- 6 — Estação Rodoviária.
- 7 — Centro de Diversões.
- 8 — Setor Bancário.
- 9 — Setor Comercial.
- 10 — Hotéis
- 11 — Setor Hospitalar.
- 12 — Torre de Televisão
- 13 — Setor de Rádio e Televisão.
- 14 — Setor Esportivo.
- 15 — Jockey Club.
- 16 — Praça Municipal.
- 17 — Setor de Imprensa.
- 18 — Bosque.
- 19 — Meteorologia.
- 20 — Quartéis.
- 21 — Setor de Residências Econômicas.
- 22 — Estação Ferroviária.
- 23 — Setor de Indústria.
- 24 — Setor de Armazenagem.
- 25 — Estação Abaixadora.
- 26 — Cemitério.
- 27 — Jardim Zoológico.
- 28 — Aeroporto.
- 29 — Setor Habitação Individual (Dom Bosco).
- 30 — Setor Habitação Individual (Paranoá).
- 31 — Ermida.
- 32 — Setor Habitação Individual (Península).
- 33 — Barragem.
- 34 — Jardim Botânico.
- 35 — Super-Quadra.
- 36 — Super-Quadra Dupla.
- 37 — Setor Habitação Individual Geminada.
- 38 — Setor de Grandes Áreas Oeste.
- 39 — Setor de Grandes Áreas Leste.
- 40 — Embaixadas.
- 41 — Setor Residência Isolada Norte.
- 42 — Cidade Universitária.
- 43 — Petrobrás.
- 44 — Club de Golf.
- 45 — Sociedade Hípica.
- 46 — Iate Club.
- 47 — Hotel de Turismo.
- 48 — Palácio da Alvorada.

## a belém — Brasília: aproveitamento

Mário Kroeff

Se o S. Francisco é apontado como o rio da união nacional, também a estrada Belém — Brasília riscou no mapa do país um traço de união vertical, através da selva amazônica, essa muralha verde, intransponível na sua exuberância isolacionista.

Se, de fato, o gigante brasileiro foi aberto pela espinha dorsal, convém completar-se agora a obra do seu desbravamento, na direção das costelas, que derivam daquela desfeita vertebral.

Sabemos que, ao norte, as matas são de troncos temerosos, iguais aquêlo do jatobú rebelado contra as derrubadas de Bernardo Sayão, o pioneiro.

Hoje, ali, no chão do sinistro, ergue-se o madeiro mortal, talhado numa cruz, para que o viajero preste em silêncio, singela homenagem à memória de um bravo quando defrontar o símbolo da paz. Nessas paragens bravias, novos povoados nascerão em tórno das pousadas e dos postos de gasolina. A silvicultura ali terá agora expansão maior com indústria extrativa, de toda a sorte. Justamente ali numa área imensa, encurralada sobre o vértice do Estado de Goiás, fundo de Maranhão e Piauí, brotam, emaranhadas, vastas e compactas matarias de babassuais impenetráveis pela superprodução de cacho sobre cacho. Talvez a natureza procurasse compensar as inclemências áridas do Nordeste brasileiro, dadvando-lhe a maior fonte de óleos vegetais do mundo.

Por aí, nas margens do Araguaia e além, para o lado dos Andes, crescem seculares os troncos de mogno, a madeira mais cara e apreciada, no mundo da elegância mobiliária. O "mahogany" nos E.U.A. vale mais de 150 mil cruzeiros o metro cúbico. O Peru exporta-o já de há muito com o nome de "águano".

Já no Sul, a rodovia rasga superficialmente, de fora a fora, a crosta de campos imensos que verdejam no horizonte. Rica região, quase igual à metade do Rio Grande do Sul, é composta na maior parte de terras devolutas, mal povoadas de gente e criação pastoril. Inexplorado nas suas reservas latentes o Noroeste goiano jazia insulado pela convergência do Tocantins com o Araguaia; tamponado, ao norte, pela floresta amazônica e, ao Sul isolado por extensos descampados que o distanciam dos núcleos de vida e de consumo. Tão importante a situação geo-política do Vale do Tocantins que, antes da abertura da Belém-Brasília se pretendia dar-lhe até emancipação política para permitir seu ingresso no ritmo da prosperidade. Seria o Território do Tocantins. São campos nativos na maior parte cobertos de um Serrado dominador entremeando de eitos de pasto bom. As matas serpenteiam em restingas à beira dos córregos e engrossam, férteis, nas margens dos caudais. A terra é boa. A comissão americana, presidida por Donald Belcher, analisando as



Revestimento da Câmara dos Deputados (Foto de M. Gautherot).

terras do polígono de Brasília, encontrou nove tipos de solo, desde o pobre até o ótimo. Concluiu que, no mínimo, 60% daquelas terras são passíveis de pecuária. Essas paragens goianas estão, como que a pedir rebanhos, em manadas, para criar, largadas, segundo as leis da natureza.

Na solidão, a única admissível pelo fato das distâncias, é, por enquanto, a pecuária extensiva, de gado de corte, à moda antiga, colonial, sem interferência da técnica. Os machos encarregam-se da multiplicação, que o fazendeiro calmamente desfruta e pode dar ao consumo do povo por preço acessível, primordial objetivo de qualquer plano econômico. No geral, a ação do homem limita-se a cercar os semoventes, aproveitando, nas mais das vezes, as divisas naturais. Proporcionar, de raro em raro, alguns punhados de sal, que os animais devoram com aquela avidez de carência mineral prolongada. O zebu, por atavismo, adapta-se perfeitamente às pastagens tropicais.

O nosso mestiço já povoou e fez a riqueza de Campo Grande, Montes Claros, Teófilo Otoni, Feira de Santana e do próprio Sul de Goiás, onde as Fazendas florescem, em pleno desenvolvimento. Um sangue novo, indiano, já andou por aquelas zonas, exercitando a definhada rês crioula, o primitivo curraleiro, que vingava meio alçado. Em dóbro de tempo, era capaz de render apenas metade do peso em carne, no confronto do precoce enraçado de hoje, naquele mesmo ambiente. Numa primeira etapa de povoamento, que se aceitem ali, aquelas mesmas fêmeas enfezadas, como caixa para o zebu de sangue enraçador. Pelo gado, pois, deve começar o desbravamento daquelas regiões, onde as distâncias somam centenas de quilômetros. Para o boi, carroto é ônus que não conta, pois transporta ao matadouro sem próprio peso de carne. Pelo casco, quando tropeado para o abate, o zebu de pernas longas e barbelas eliminadoras de calor, ganha distância, sem estropear. Muito mais que os outros, anda léguas sem fadiga. A espécie apropriada para criação a granel é talvez o Nelore, bom de carne e teto miúdo, a que pegam facilmente para mamar, os bezerros recém-nascidos. O mesmo já não acontece com o Gyn, raça selecionada para o leite, com vacas de amço grande, tetas enormes.

Um plano para desenvolver aquelas regiões seria estimular a organização de uma série de Fazendas. Aproveitar não só as terras devolutas do Estado de Goiás, como outras tantas, agora abertas ao acesso por essa trama de estradas pioneiras, que hoje cobrem as zonas dasabitadas do septentrional leste: Piauí, Maranhão, Pará. Mais completo seria ainda o plano de desenvolvimento, se instalarem por lá alguns matadouros por subscrição de capital entre os fazendeiros beneficiados, com orientação e amparo de um financiamento oficial.

Partindo da pecuária a granel, depois semi-intensiva, a tendência é atingir-se a lotação saturada pela melhora gradativa dos rebanhos e das pastagens, com limpeza do incho dos serrados, colônias semeado para cria e jaraguá para engorda. A pecuária do Rio Grande do Sul já desfruta, com peso de corte, novilhada precoce, de dois anos e meio, em vez do antigo boi erado de quatro anos ou mais.

Ao Brasil, urge sair logo para a saturação de suas excepcionais condições agropastoris. Esse privilégio topográfico, ainda mal aproveitado entre nós, é, no mesmo meridiano,

superior às condições da Austrália, país com desertos imensos mas grande exportador de carne e de lã. Vantagens inegáveis levamos também sobre os avançados pecuaristas septentrionais Rússia e Canadá, onde os rebanhos quase se aniquilam nas épocas inverniais e onde o aproveitamento anual das pastagens, pelo frio reduz-se a metade. Se o lema de hoje é rumo a Oeste, leve-se a tropa na frente, abrindo caminho à pecuária extensiva, onde predomina a vastidão sobre o trabalho mínimo do homem. Nela, há margem certa de renda para baratear o produto, tornando acessível ao povo, seu mais nutritivo alimento — a carne.

Para a lavoura, ali as condições já são diferentes. O colono migrante exige certas garantias para sua fixação e trabalho, onde houver desbravamento da terra em zonas distantes do consumo. Também o lavrador nacional, esse da pequena propriedade, prefere a vizinhança dos núcleos urbanos. Não se aventura, em zonas desertas, sem colocação imediata ou próxima à sua produção. Salvo, de certo, o caso daqueles que plantam para viver o dia presente e ainda não se desapegaram do arado do boi. Ao contrário do que acontece com o trabalho pastoril, na agricultura moderna, predomina o risco das inversões em mão-de-obra, máquina, combustível e adubo, capital sempre exigente na certeza de uma colocação fácil para a produção, quase à boca da lavoura. Essa agricultura virá paralela à pecuária, na medida que se adensem as populações mais próximas. A situação desses tantos compradores que já adquiriram, no Noroeste goiano, pequenas glebas de duzentos alqueires, certamente é de esperar. Se não vier proteção oficial, o latifúndio fica adormecido até que alguém vá na frente algum dia, levar a valorização àquelas terras. Como ninguém se adiante, elas não se desenvolvem, nem valorizam. Intactas, vão ficando para os netos.

As Fazendas devem ser grandes para compen-sar a fixação do proprietário ao local, com exploração direta da sua terra ou permitir o custeio de uma administração manejada à distância, no período inicial.

Prazo longo de dez anos é indispensável ao comprador, que assinará na escritura a obrigação de iniciar logo o povoamento da Fazenda e dará prova disso no fim de dois anos. Necessário também o crédito para as primeiras levas de gado de cria. Amortizações a partir de cinco anos, tempo justo de carência, para venda da primeira produção pastoril. Um ano para fazer a Fazenda, um para o primeiro ventre e três para a venda do desfrute novilhos em estado de corte.

Não faltará gente por aí, com gosto pela pecuária, dotada de certa vocação pioneira desejosa de colaborar na produção do país e adquirir um patrimônio futuro sob o compromisso formal de ali inverter certo capital no desbravamento.

Um planejamento nesse gênero, bem orientado abrirá caminho à solução de um debaixo problema interno — a meta da carne, o mais rico alimento do povo, depois do leite, esse também da mesma fonte. Criará, ainda, no estrangeiro um mercado inesgotável de divisas, iguais talvez a essas do nosso café, produto que vem sendo aos poucos deslocado na competição internacional por outros povos que trabalham mais barato. No impulso que der a pecuária lucrarão o fazendeiro, o consumidor e o erário público.

brasília —

## fator de equilíbrio da nacionalidade

Fernando França Campos

Aquêles que ainda não querem acreditar em Brasília, reservam, para si e para os seus, um inglório patrimônio moral.

Apregoam aos quatro ventos a necessidade de retardar Brasília. O processo não interessa. Consideram Brasília erro nacional, e, por isso, precisa ser retardada, para não dizer, abandonada.

Seus inimigos, ocultando interesses pessoais, se utilizam de todos os meios que a mente humana pode gerar.

Brasília, para os incrédulos e derrotistas, é causa de todos os graves problemas nacionais. Em seus discursos, seja qual fôr o assunto, os derrotistas terminam sempre suas datribes: Delenda Brasília!

Hoje em dia, graças à fé inquebrantável desse gigante desbravador — J.K. — olhamos com fé e orgulho a grandiosa alvorada que desponta no planalto central brasileiro! Culpar Brasília de ser a causadora de nossos males e aflições — fenômeno universal — é um verdadeiro crime de lesa pátria. Brasília representa o verdadeiro fator de equilíbrio da nacionalidade.

Equilíbrio no campo financeiro, no econômico, no político, no administrativo, no cultural. É o marco definitivo do arranco para a nossa emancipação de país subdesenvolvido.

Sua posição geográfica, bastante privilegiada, situada muito além da Serra da Mantiqueira, no Planalto Central, arrastará, por intermédio de artérias de alimentação e produção, a atuante civilização do século XX. Como consequência deste rompimento da famosa barreira da Mantiqueira,

a mulhara que entravava a marcha para oeste, crescerá, de maneira absoluta, o surto financeiro e econômico deste grandioso Brasil!

Brasília concentra homens e máquinas em meio ao barulho ensurdecedor da Sinfonia do Progresso!

O dinheiro que vai para Brasília não se mantém paralisado, estagnado em cofres fortes. Retorna à origem com lucros compensadores. A riqueza-moeda convergida para Brasília é distribuída da maneira mais justa e sadia para todos os Estados Brasileiros. A distribuição é feita proporcionalmente ao potencial industrial de cada região ou Estado.

Brasília consome ferro; Brasília utiliza máquinas; Brasília consome cimento; Brasília consome madeira; Brasília utiliza mão-de-obra; Brasília consome de tudo que se produz no Brasil.

Assim como a riqueza-moeda converge para Brasília, a produção nacional também converge. E aí é que surge Brasília como fator de equilíbrio da nacionalidade. É falsa, completamente falsa, a teoria de que Brasília arrasou os cofres desta ou daquela instituição de crédito ou previdência social. Toda a riqueza-moeda retorna à origem; retorna ao seu verdadeiro lugar, que é a fonte de produção.

Não poderia encontrar o Governo Central melhor solução para os problemas financeiros dos Estados ou regiões do que a construção de Brasília. Portanto, que venham novas Brasília para o bem de todos e felicidade geral dos bons brasileiros.



As novas lojas construídas pela Novacap.

O advogado Heráclito Sobral Pinto dirigiu ao jornalista Danton Jobim, diretor-redator-chefe do "Diário Carioca", a seguinte carta, que publicamos na íntegra:

"Sr. Danton Jobim: Venho trazer-lhe o meu aplauso pela sua campanha jornalística em prol do cumprimento da Lei n.º 3 273, de 1 de outubro de 1957, que, no seu art. 1.º, ordena imperativamente: "Em cumprimento do art. 4.º e seu parágrafo 3.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será transferida, no dia 21 de abril de 1960, a capital da União para o novo Distrito Federal já delimitado no planalto central do País.

Assiste-lhe inteira razão no meu desapoiado entender, quando estranha que partam de juristas, dignos, eminentes e ilustres, esforços de todo gênero para dificultar a ação do Poder Executivo da República, orientada, neste assunto, pelo propósito de se submeter ao mais elementar de seus deveres, que é o de executar a Constituição e as Leis do País. Admito e compreendo que cidadãos e juristas brasileiros consideram erro prejudicial e até mesmo funesto, a mudança da Capital para o Planalto Central de Goiás. Estão no seu direito de alinhar argumentos e razões em favor desta sua convicção, uma vez que, de minha parte, reivindico o direito de sustentar que esta mudança constitui enorme e inapreciável benefício para o progresso administrativo, moral e político da Nação, sendo-me igualmente lícito e permitido alinhar argumentos e razões que justificam o meu parecer.

Mas, desde o povo brasileiro, pelos seus Constituintes, regularmente convocados e eleitos, determinou, em textos imperativos, que a Capital fosse transferida para o interior do País, em região indicada com precisão, e o Legislador Ordinário, em leis sucessivas, ordenou que esta mudança fosse levada a efeito dentro de condições, que se estabeleceu, e em dia, que fixou, tendo para mim que nenhum cidadão, nenhum jurista isento, sereno e imparcial pode investir, sem manifesta injustiça, contra o Presidente da República que se vem esforçando, com dinamismo, energia e firmeza exemplares, para dar cumprimento ao que está preceituado, de maneira indubitável, na legislação constitucional e na legislação ordinária do nosso País. Parece-me que, pelo contrário, deveriam todos os cidadãos e todos os juristas contribuir, embora sem o menor sacrifício, para ajudar o Presidente da República a desobrigar-se do mais importante dos deveres de seu cargo, que é o de fazer cumprir a Constituição e as Leis, consoante compromisso solenemente assumido, em sessão do Congresso Nacional, nos seguintes termos:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do País, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência" (art. 83, parágrafo único da Constituição Federal).

Insistem implacáveis adversários do atual Presidente da República em atribuir a construção de Brasília a simples movimento arbitrário da vontade caprichosa do Chefe de Estado. Afirmam, ainda, que não há texto constitucional imperativo obrigando S. Ex.ª a mudar a Capital para o Planalto Central de Goiás. O que há — dizem — é mero artigo programático, que parece mandar mudar a Capital, quando, em realidade, apenas permite essa mudança. Tanto isto é verdade — acrescentam — que o artigo da Constituição, referente ao assunto, não marca data, para a mudança. A refutação destas alegações dispensa a invocação e respectiva fundamentação dos princípios jurídicos que patenteiam, de forma decisiva, que pode haver, e há na realidade, obrigação imperativa sem fixação de data, e que, também, tornam certo e indubitável que não há lei, constitucional ou ordinária, de natureza programática e não perceptiva. O conceito de lei é inseparável do conceito de mando, ordem, determinação. No caso da mudança da Capital, é perfeitamente dispensável tal debate, porque, ao contrário do que afirmam, com tanto entono e tamanha ênfase, os sistemáticos adversários do atual Presidente da República, os textos legais, referentes à Nova Capital, são categóricos, imperativos e nítidos, figurando nêles, com precisão inconfundível, até a data da mudança.

Basta, portanto, passar apenas os olhos sobre os numerosos textos legais reguladores da matéria, para que se veja, desde logo, a lamentável injustiça de se atribuir a construção de Brasília e a mudança, para ela, da Capital da República, ao só querer arbitrário e caprichoso do atual chefe do Poder Executivo.

O assunto, felizmente, está corporificado em lei, e onde há lei, não pode haver discussão, se o texto é claro, indubitável e positivo. Pois bem, a Lei sobre a mudança da Capital da República para o Planalto Central de Goiás, se reveste das características acima apontadas. Diz, com efeito, o art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"A capital da União será transferida para o Planalto Central do País.

§ 1.º — Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da Nova Capital.

§ 2.º — O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3.º — Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4.º — Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara".

Aí está o texto contitucional, na sua literalidade, para que o leiam, sem paixão, os implacáveis e sistemáticos adversários do atual Presidente da República. A parte inicial é categórica, imperativa e nítida, ao ordenar, como preceito que não comporta desobediência, que a capital será mudada para o Planalto Central de Goiás. Não se trata de programa, a ser seguido se o Presidente da República quiser. Trata-se de preceito imperativo, ante o qual têm de se dobrar a vontade do Presidente da República, a vontade do Congresso Nacional, a vontade do Poder Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal.

Segue-se o § 1.º, que é igualmente imperativo, e tal como a parte inicial do artigo, se dirige à vontade do Presidente da República, para impor-lhe um ato claramente especificado, e que tinha prazo certo e curtíssimo para se realizado. Realmente, semelhante parágrafo determinava ao chefe do Poder Executivo que, dentro em sessenta dias, era de seu dever nomear a comissão de pessoas habilitadas a delimitar, no Planalto Central do País, o local onde deveria ser construída a nova Capital. Note-se esta circunstância: o Poder Constituinte da assim chamada 3.ª República estava tão empenhado em que a mudança da Capital fosse feita sem tardança, que chegou até a impor ao Presidente da República a obrigação de tomar imediatamente as medidas pertinentes ao começo dos trabalhos de delimitação do local em que deveria ser construída a futura Capital. Ainda aqui, não há nada que se pareça com programa, surgindo tudo, pelo contrário, com as características nítidas de preceito legal insofismável. Vem logo depois o § 2.º, que, embora sem fixar prazo, ordena que, uma vez terminados os estudos acima referidos, serão eles encaminhados ao Congresso Nacional, para que marque a data em que deverá começar a execução dos estudos realizados, promulgando, para isso, uma lei especial, indicando e autorizando as providências necessárias para a realização do empreendimento.

No § 3.º, imediato, a Constituinte, para liquidar qualquer discussão e tomar certo que a mudança deveria ser feita sem demora, ordenou, ainda imperativamente, que, findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional tomasse uma resolução sobre a mudança da Capital. Se, ante estes textos constitucionais, Brasília não foi construída com a rapidez imposta pela Constituinte de 1946, tal aconteceu porque à vontade dela se sobrepôs, isto sim, o arbítrio do Presidente da República, que então governava o País.

Ninguém melhor do que o atual chefe de Estado conhece as divergências radicais que nos separam. Nenhum homem público, dos que militam no cenário político da atualidade — a não ser Francisco Campos, quando ministro do Estado Novo — recebeu críticas tão vementes e censuras tão severas quanto as que, verbalmente, dirigiu ao Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Te-



Aspecto do lago em frente ao Palácio da Alvorada.

no, assim, autoridade para defender S. Ex.<sup>a</sup>, quando, inclinando-se ante as determinações da lei, constitucional ou ordinária, empenha-se, a todo o seu poder, para fazê-la cumprir. Cumpre esclarecer, nessa altura, que o Sr. Getúlio Vargas, quando voltou ao Poder, por força da eleição de 3 de outubro de 1950, lançou as suas vistas para o preceito constitucional de 1946, alertando o Congresso Nacional quanto ao cumprimento de seus deveres na parte referente à mudança da Capital. Em virtude da conjunção dos esforços do Poder Executivo e do Poder Legislativo surgiu a lei n.º 1803, de 5 de janeiro de 1953, cujo art. 1.º preceituava: "É o Poder Executivo autorizado a mandar proceder como achar conveniente, na região do Planalto Central... , aos estudos para a escolha do sítio da nova Capital Federal, que deverão ficar concluídos dentro de três anos", ordenando, outrossim, no parágrafo terceiro, que "o prazo para início dos estudos é de sessenta dias".

Verifica-se, dêste modo, que o Congresso Nacional se mostrou, igualmente, empenhado em tomar providências a serem realizadas dentro de prazos curtos, fixados com precisão, para que a mudança da Capital Federal se fizesse para o Planalto Central do País. As medidas então tomadas pelo Presidente Getúlio Vargas, com a finalidade de levar a efeito a transferência da Capital da República do Rio de Janeiro para uma cidade a ser construída na região central do Território Nacional, não nasceram do arbítrio de sua vontade caprichosa, mas decorreram de imperativo categórico de uma lei federal, a cujo cumprimento a sua vontade estava prêsa, em virtude do compromisso que assumira para com a Nação ao tomar posse, perante o Congresso Nacional, do alto cargo de Presidente da República.

Quando o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira candidatou-se à Presidência da República, para o quinquênio de 1956-1961, fez constar, clara e taxativamente, de seu programa de governo, o cumprimento, den-

tro dêste período, do dispositivo constitucional referente à mudança da Capital, tendo afirmado, sempre, nos comícios eleitorais de que participou em diferentes e numerosas localidades situadas nos vários quadrantes do território nacional, que, eleito e empossado no governo do País, cuidaria, sem tardança, da construção de Brasília, para efetuar a mudança, ordenada pela Constituição e Lei Ordinária, ainda dentro do seu período governamental.

Desde que foi eleito pelo povo brasileiro, clara e devidamente informado dêste propósito de mudar a Capital Federal alimentado pelo candidato, convicto de que se tratava de preceito constitucional indeclinável, tinha o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira o dever de encarar a sua eleição como mandato expresso de seus concidadãos para que levasse a efeito, mal subisse ao Poder, tôdas as providências ao seu alcance, capazes de executar tão grandioso empreendimento.

É mistér que atentem os adversários implacáveis do atual Presidente da República que a vontade de S. Ex.<sup>a</sup>, por mais arbitrária e caprichosa que se ostente não poderia nunca construir Brasília e efetuar-se a mudança, para lá da Capital Federal, se o Poder Legislativo não estivesse também, convencido de que se tratava de preceito constitucional a ser obedecido, e não desse ao chefe do Poder Executivo, os meios administrativos e financeiros indispensáveis para a sua imediata realização.

É de justiça salientar que o Congresso Nacional, no tocante a êste problema, que está em pauta, no seio da Administração Federal, desde a promulgação da Constituição Republicana de 1891, tem sabido cumprir as suas obrigações, de 1946 para cá. Enfrentou corajosamente o caso da mudança da Capital da República, compartilhando com o Presidente da República, das responsabilidades jurídicas, morais e políticas inerentes à execução de tão grandioso empreendimento, que constitui, sem possibilidade de qualquer contestação isen-

ta, uma aspiração generalizada da esmagadora maioria do povo brasileiro. Os congressistas, membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em contato direto e ininterrupto com os seus eleitores do interior, apreendem e sentem que a grande maioria dêles que a mudança da Capital para o Planalto Central do País, como determina, imperativamente, a Constituição da República. Por esta razão, votaram, no momento oportuno, as leis necessárias para a construção da nova Capital, que foi erguida, não em local impróprio mas no local determinado pela Constituição, que obriga a todos os habitantes dêste País, nacionais e estrangeiros.

Certos de que estavam a cumprir dever próprio de sua condição de deputados e senadores, e nunca a satisfazer um capricho do atual Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, sem distinção de partidos, votaram a lei n.º 2874, de 19 de setembro de 1956, cujo art. 1.º dispõe, taxativamente: "A Capital Federal do Brasil, a que se refere o art. 4.º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, será localizada na região do Planalto Central, para êsse fim escolhida, na área que constituirá o futuro Distrito Federal circunscrita pela seguinte linha:

Começa no ponto da lat. 15º 30' ponto, segue para leste pelo paralelo 15º 30' S até encontrar o meridiano de 47º e 25' W. Green. Dêsse ponto segue o mesmo meridiano de 40º e 25' W. Green. Para o Sul até o talweg do córrego Santa Rita, afluente da margem direita do Rio Prêto. Daí pelo talweg do citado córrego Santa Rita, até confluência dêste com o Rio Prêto, logo a jusante da Lagoa Feia. Da confluência do córrego Santa Rita, com o Rio Prêto, segue pelo talweg dêste último na direção Sul, até cruzar o paralelo de 16º, 03' S. Daí, pelo paralelo 16º, 03' S. na direção Oeste, até encontrar o talweg do Rio Descoberto, até encontrar o meridiano de 48º 12' W. Green. Daí para o Norte pelo meridiano de 48º 12' W.



Viaduto em um dos trevos.

Green, até encontrar o paralelo de 15° 30' Sul, fechando o perímetro".

Passa, em seguida, a lei supra citada, à medidas de criação do órgão, que se encarrega da construção da Nova Capital, habilitando-o com os meios indispensáveis à realização do empreendimento determinado pela Constituição da República e pela lei n.º 1 803, de 5 de janeiro de 1953.

Iniciaram-se por preceituação do Congresso Nacional, a obras de construção de Brasília, em ritmo acelerado, para que, ainda no período governamental do atual Presidente da República, se tornasse realidade a mudança da Capital da República, tão nobremente desejada pela imensa maioria do povo brasileiro.

Os trabalhos se realizavam com tal ardor, entusiasmo e afincamento por parte dos engenheiros e operários incumbidos de executá-los, que o Congresso Nacional não teve a menor dúvida quanto à inteira possibilidade de ser a transferência feita no último ano de governo do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Firmes nesta convicção e animados, também, pelas imposições de seus deveres de legisladores, os membros do Congresso Nacional votaram a Lei 3 273, de 1.º de outubro de 1957, cujo art. 1.º ordena em tom imperativo, categórico e nítido, o que se segue: "Em cumprimento do art. 4.º e seu parágrafo 3.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será transferida, no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal já delimitado no Planalto Central do País".

Dizer, como dizem, então, adversários intransigentes e sistemáticos do atual Presidente da República que não existe imposição legal que obriga a vontade dos governantes, ordenando a mudança da Capital em data inequivocadamente fixada, existindo, pelo contrário, apenas a exclusivamente o querer arbitrário e caprichoso do Presidente da República é atentar contra a verdade, é praticar uma injustiça, é atuar sob o domínio de paixão facciosa.

Por tôdas estas razões, Sr. Danton Jobim, venho trazer-lhe, e sob a só inspiração do bem comum do País, o meu pequenino, mas leal e desinteressado aplauso ao seu artigo que concita os juristas do País a removerem, na medida de suas modestas possibilidades, as dificuldades que o govêrno de-fronta nesta tarefa gigantesca e fecunda, de mudar a Capital da República para Brasília, e que constitui a transformação em realidade de um sonho que o povo brasileiro vem acalentando desde os tempos do Império. Dentro desta orientação, o que cabe a meu ver, aos juristas de toda categoria é lutar, junto aos governantes da atualidade, para que sejam criadas, na nova Capital e desde já, tôdas as condições de comodidades, normais e legítimas, dos advogados que postulam na Instância dos Tribunais Superiores, a fim de que possam êles exercer a sua profissão com dignidade e eficiência. É claro que se o Presidente da República tiver a sua atenção despertada para êste ângulo, através de uma advertência serena partida de quem deseja realmente concorrer para que venha a ser cumprido, com exatidão, o preceito constitucional que manda transferir a Capital da República para o Planalto Central de Goiás, não deixará, por certo, de tomar as providências urgentes que se tornarem necessárias para a instalação condigna dos advogados na Nova Capital.

Não sei, ilustre amigo se estas minhas palavras, desinteressadas e sem brilho, podem interessar aos leitores do "Diário Carioca". Se lhe parecer que é conveniente a sua divulgação, pode, em tal hipótese, publicá-las no seu valente matutino. Mas, se, no seu parecer, elas não valem o espaço que vão tomar no seu jornal e que de nenhum modo me surpreenderá, queira, então, recebê-las como expressão de louvor, modesto, mas desinteressado, à nobre energia com que tem sabido defender o grandioso empreendimento que Brasília corporifica. Receba de coração largo o apêto de mão, leal e sincero, do amigo e confrade sempre ao seu dispor."



"Constellation" da Panair do Brasil, no aeroporto de Brasília.

### Aeroporto de Brasília

As estatísticas demonstram que o tráfego aéreo-comercial de Brasília, no ano de 1959, mostrou-se superior ao do Aeroporto Internacional do Galeão. Os dados estatísticos fornecidos pela Dac e divulgados pelo Ibge acusam, em 1959, um total de 6 741 e 6 738 decolagens em Brasília, enquanto que nos números apurados para o Galeão registram, respectivamente, 5 882 e 5 889. O movimento de aeronaves comerciais da Nova Capital apresenta, portanto, uma vantagem na ordem de 15 por cento.

### Ensino em Brasília

A 17 de fevereiro, o Ministro da Educação, a exemplo de outros titulares das Pastas, ocupou o microfone da rede radiofônica de "A Voz do Brasil" para uma palestra sobre os problemas de seu Ministério na futura Capital do País. O Ministro Clóvis Salgado focalizou todos os aspectos educacionais relativos a Brasília, afirmando que haverá um sistema escolar dos mais racionalizadas e capaz de responder pela demanda de alunos, filhos dos funcionários transferidos e todos quantos ali residirem. Disse o Ministro: "Haverá uma distribuição equitativa das construções escolares pelas áreas urbanas".

### Povoamento da Belém — Brasília

Núcleos de povoamento do Inic serão instalados ao longo do eixo da rodovia Bernardo Sayão, que liga Belém a Brasília. Segundo os planos projetados pelo Exército e pelo Inic estes núcleos serão situados nas localidades de Gurupi, Cercadinho, Estreito, Assailândia e no quilômetro 163.

### Embaixada Americana

Seis dias antes da visita do Presidente Eisenhower a Brasília, que constituiu um dos maiores — senão o maior — sucessos sociais no programa de visitas de estadistas estrangeiros à Nova Capital do País, a 17 de fevereiro foi assinado, no Rio, o contrato para a construção da Embaixada norte-americana naquela capital. O edifício projetado em estilo arquitetônico moderno, com formato retangular, será ornamentado pelo paisagista Burle Marx.

## diário de Brasília

### Energia Elétrica

A rede de energia elétrica de Brasília, que é subterrânea e oferece característica de permitir a realização de reparos sem necessidade de perfuração do asfalto, terá em sua primeira fase, a extensão de 400 quilômetros. A energia proceda da Cachoeira Dourada em rede aérea até a distância de um quilômetro do plano-piloto, quando então entra na rede subterrânea.

### Fôrça da Fé

O engenheiro Pery da Rocha França, chefe do Departamento de Edificações da Novacap, órgão responsável por todas as obras de Brasília, falando sobre o ceticismo de algumas notícias quanto à viabilidade da conclusão das principais edificações de Brasília nos prazos estipulados, reafirmou que seu Departamento está terminando toda sua tarefa dentro do esquema de metas elaboradas pela direção da Novacap. E acentuou: "Aqueles que desconhecem como se trabalha em Brasília têm suas razões para descrever de tal possibilidade, mas a verdade é que, em Brasília, a fôrça da fé e da vontade está sobrepujando a própria técnica, fazendo com que os prazos estabelecidos deixem de constituir problemas".

### Hospital odontológico

Um grupo de representantes da Associação Odontológica de Brasília procurou o diretor administrativo da Novacap, dr. Ernesto Silva, a fim de tratar de assuntos de interesse da classe, apresentando àquele dirigente, durante a entrevista, algumas reivindicações da Associação. O item principal das conversações foi a criação do Hospital de Regime Odontológico, que será suprido pelo Hospital de Base, estabelecimento que disporá de serviços odontológicos completos, inclusive de meios de especialização para dentistas recém-formados.

### Museu da República

A partir de 22 de abril o Palácio do Catete será fechado para receber as modificações que possibilitarão sua transferência para "Museu da República", após a mu-

dança da sede do Poder Executivo para o Palácio do Planalto, na Praça dos Três Podêres. A determinação já foi dada aos órgãos competentes pelo Presidente da República.

### **Mudança dos Ministérios**

Já se encontram em Brasília as vanguardas dos Ministérios, organizando os serviços essenciais à administração do País para a transferência da capital do País para o Planalto do Estado de Goiás. Sucessivas reuniões vêm se realizando no Rio, entre Ministros de Estado e as comissões de mudança dos Podêres Legislativo e Judiciário, visando a eliminar todos os obstáculos que se antepõem à mudança da Capital.

### **Comunicações**

A visita do Presidente Dwight Eisenhower a Brasília, a 23 de fevereiro, ensejou uma pré-estréia no funcionamento dos serviços de comunicações de Brasília com o resto do País e do mundo. Além da instalação de canais de micro-ondas, multiplicados pelo sistema "Multiplex" para o funcionamento de teletipos, funcionaram perfeitamente os serviços de fonia com Rio, São Paulo e exterior, registrando-se até a transmissão de rádiofotos e telefotos, serviço este executado pelo bureau da "United Press International", a primeira agência de notícias a se instalar em Brasília. Mais de 600 jornalistas tiveram tôdas as facilidades para se comunicar com o Rio e enviar farto material jornalístico sobre o grande acontecimento que foi a visita do Presidente dos Estados Unidos, que teve, em Brasília, uma recepção das mais calorosas. Desde o início de sua construção Brasília parou por algumas horas, pela primeira vez, para tributar homenagens ao grande estadista do Continente. No mesmo dia 23, os vespertinos norte-americanos publicaram, nos Estados Unidos, as fotos da chegada do Presidente Eisenhower a Brasília, destruindo mesmo as notícias pessimistas que se referiam a um isolamento da Nova Capital do País. Brasília começou assim a dar os primeiros frutos na árvore pouco antes plantada: aquilo que há pouco mais de três anos era um deserto, transformou-se num grande centro, de onde poderá pulsar, com mais vigor e vitalidade, o coração social, político e administrativo do Brasil.

### **Jornalista francês**

Estêve em Brasília a 15 de fevereiro Jean Pierre Chablez, representante de diversos órgãos de imprensa dos Estados Unidos e da Europa, para os quais vem escrevendo uma série de artigos sobre o Brasil e particularmente sobre Brasília. Chablez externou seu entusiasmo com o que lhe foi dado ver em Brasília, recordando seu artigo publicado em 1948, no qual falava da necessidade de ser levada para o interior a civilização do litoral.

### **Califórnia Brasileira**

Mais de 10 milhões de cruzeiros serão aplicados no decorrer de 1960, no prosseguimento dos trabalhos de fomento vegetal na zona agrícola do novo Distrito Federal, a cargo do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, mediante convênio com a Novacap. As condições de

agricultura na região de Brasília são tão favoráveis que um dos técnicos norte-americanos da Comissão disse que "Brasília poderá ser a Califórnia brasileira".

### **Hospital Distrital**

Tão logo se efetive a transferência da Capital da República, Brasília estará contando com todos os serviços do seu Hospital Distrital, que se ergue entre a Praça dos Três Podêres e a Asa Norte, na zona hospitalar do Plano-Pilôto. Formado por cinco blocos, o Hospital Distrital será dotado de todos os mais modernos requisitos para o cumprimento de sua finalidade. Seus cinco blocos têm uma área de 32 mil metros quadrados.

### **Parque de esportes**

Os habitantes da asa sul do Plano Pilôto terão, no Eixo Rodoviário, completo parque de esportes, com piscina olímpica, quadras de basquete e vôlei, piscina para crianças e "play-ground". Será um dos modernos centros de atração de Brasília.

### **Arrôjo das Obras**

Recém-chegado de Nova York, o engenheiro Vicente Camargo, formado em geologia especialidade no "Columbia College University", revelou-se impressionado pelo arrôjo das obras de Brasília. O professor Camargo manifestou seu interesse em transferir suas atividades para Brasília.

### **Tv em Brasília**

Por ocasião da mudança da capital, Brasília terá sua primeira emissora de televisão. Os trabalhos de construção da torre estão praticamente concluídos.

### **Catedral de Brasília**

A iniciativa privada, representada pela maioria das empresas construtoras que trabalham em Brasília, colaboram no erguimento de catedral planejada por Oscar Niemeyer. A catedral, que está localizada na Praça dos Três Podêres, está com sua construção muito adiantada. Mais de 15 milhões de cruzeiros já foram obtidos entre a iniciativa privada. A construção da catedral será marcada pela grandeza do traço que lhe foi dado por Oscar Niemeyer, surgindo como exemplo único em todo o mundo no seu gênero, alicerçada em formato circular, o que por certo virá atrair a atenção dos católicos e de quantos se interessam pelas questões de arte ligadas à arquitetura.

### **Mudança da Capital**

"É a segunda vez que venho a Brasília e cada vez mais fico entusiasmado com a capacidade de trabalho do nosso povo e o denôdo do Presidente Juscelino Kubitschek", disse o deputado federal Milvernes Lima, de Pernambuco, "Brasília — prosseguiu o parlamentar nordestino — já se encontra em condições de receber os funcionários que se transferirão a 21 de abril, e nada mais resta a desejar senão que o povo brasileiro se orgulhe desta capital e faça de sua parte o possível para terminá-la o mais rapidamente. O Brasil precisa de Brasília".

## brasília na literatura

### Hino à Cidade de Brasília

Clodoaldo de Alencar

No planalto central da Terra Brasileira,  
abres, como heliostático, em milagre divino,  
as pétalas da luz cujo excelso destino  
é a focalização de uma Nação inteira!

E o Progresso virá, cantante e cristalino,  
como água perenal descendo a cordilheira,  
com a colaboração dessa gente estrangeira,  
deslumbrada ao fulgor de um clarão matutino...

No teu leque gigante e aberto, das estradas,  
hão de tremeluzir reticências douradas  
de veículos mil, em vai-véns trepidantes.

E serás — ó Brasília! — aos olhares do mundo,  
não apenas matriz de trabalho fecundo,  
mas também a Canaan dos Êxodos constantes!



## Atos da Diretoria

Ata da centésima septuagésima primeira reunião da Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Aos três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta, às quinze horas, na sala da Diretoria, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, situada em Brasília, reuniu-se a Diretoria da Companhia, sob a Presidência do Doutor Israel Pinheiro da Silva e com a presença dos Diretores, Doutores Ernesto Silva e Moacyr Gomes e Souza. Aberta a sessão, a Diretoria resolveu: 1) aprovar a planta do Loteamento do Núcleo Rural de Taguatinga, n.º 1; 2) encaminhar ao Conselho de Administração pedido de autorização para que seja executada, por concorrência administrativa, a parte referente à construção civil da Central termoelétrica de reserva; 3) anular a concorrência administrativa, referente à compra da Mobília do Supremo Tribunal; 4) encaminhar ao Conselho de Administração pedido de autorização para adquirir diretamente em firmas especializadas as cadeiras e máquinas de projeção destinadas ao Cinema construído na Super-quadra dupla e as cadeiras para o auditório da Escola-Parque; 5) aprovar a concorrência administrativa para compra do Mobiliário da Câmara; 6) encaminhar ao Conselho de Administração os estudos executados relativos aos novos preços para os lotes em Brasília; 7) encaminhar ao Conselho de Administração pedido de autorização para que seja construído, por administração contratada, um Pôsto de Gasolina e um Pôsto de Lavagem e Lubrificação, o primeiro abaixo da Super-quadra 107 e este entre as Super-quadras 107 e 307; 8) encaminhar ao Conselho de Administração autorização para que seja feita concorrência administrativa destinada ao fornecimento e instalação de equipamento e fiação interna do Sistema de votação eletrônica do Congresso Nacional; 9) encaminhar ao Conselho de Administração pedido de autorização para fornecimento e montagem de equipamento, fiação e acessório para os Sistemas de Captação gravação e distribuição de som e avisos luminosos, no edifício do Congresso Nacional; 10) aprovar a concorrência administrativa para instalação da Usina de Leite, no Torto; 11) aprovar a concorrência administrativa para construção das instalações da 1.ª Unidade Sócio Econômica Rural em Taguatinga, nos termos apresentados no relatório final da Comissão Julgadora; 12) aprovar a tomada de preços referente à construção de um reservatório de concreto armado para Abastecimento de água em Taguatinga. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Diretoria presente e subscrita por mim, Ney Dutra Ururahy, que servi como Secretário. Israel Pinheiro da Silva, Ernesto Silva e Moacyr Gomes e Souza, Ney Dutra Ururahy.

Ata da centésima suptuagésima segunda reunião da Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Aos onze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta, às quinze horas, na sala da Diretoria, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, situada em Brasília, reuniu-se a Diretoria da Companhia, sob o presidência do Doutor Israel Pinheiro da Silva e com a presença dos Diretores, Doutores Ernesto Silva e Moacyr Gomes e Souza. Aberta a sessão, a Diretoria resolveu: — 1) aprovar a tomada de preços referente à aquisição de Móveis para o Supremo Tribunal Federal; 2) aprovar a tomada de preços para aquisição do Equipamento necessário à instalação do Super-Mercado; 3) aprovar a tomada de preços para aquisição das Cadeiras destinadas ao auditório da Escola-Parque; 4) aprovar a tomada de preços referente à aquisição da máquina de projeção para o Cinema construído entre as Super-quadras 106 e 107; 5) autorizar a concorrência administrativa para fornecimento e execução do serviço das Esquadrias de Alumínio para o Hospital Distrital de Brasília; 6) autorizar a concorrência administrativa para fornecimento e instalação das esquadrias de ferro e "brise soleil" de alumínio para a obra da Imprensa Nacional. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Diretoria presentes e subscrita por mim, Ney Dutra Ururahy, que servi como Secretário. Israel Pinheiro, Ernesto Silva, Moacyr Gomes e Souza, Ney Dutra Ururahy.

Ata da centésima septuagésima terceira reunião da Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta, às quinze horas, na sala da Diretoria, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, situada em Brasília, reuniu-se a Diretoria da Companhia, sob a presidência do Doutor Israel Pinheiro da Silva e com a presença dos diretores, Doutores Ernesto Silva e Moacyr Gomes e Souza. Aberta a sessão, a Diretoria resolveu: — 1) aprovar a tomada de preços para Aquisição de postes de iluminação pública de Brasília 2) aprovar o parecer do Departamento de Edificações referente a aquisição de poltronas para o cinema da unidade de vizinhança; 3) autorizar a construção de um galpão provisório, de madeira, no Hospital Distrital para funcionamento provisório da lavanderia, cozinha e esterilização. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Diretoria presentes e subscrita por mim, Ney Dutra Ururahy, que servi como Secretário. Israel Pinheiro da Silva, Ernesto Silva, Moacyr Gomes e Souza, Ney Dutra Ururahy.

ano IV — fevereiro de 1960 — n.º 38  
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — Novacap (Criada pela Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956). Sede: Brasília. Escritório no Rio: Avenida Almirante Barroso, 54, 18.º andar.

## Diretoria

Presidente:

Dr. Israel Pinheiro da Silva

Diretores:

Dr. Ernesto Silva

Dr. Moacyr Gomes e Souza

## Conselho de Administração

Presidente:

Dr. Israel Pinheiro da Silva

Membros:

Dr. Adroaldo Junqueira Aires

Dr. Aristóteles Bayard Lucas de Lima

General Ernesto Dornelles

Dr. José Ludovico de Almeida

Dr. Tancredo Godofredo Viana Martins

Cel. Virgílio Távora

## Conselho Fiscal

Membros:

Dr. Armando Lages

Dr. Herbert Moses

Dr. José Peixoto da Silveira

Dr. Themístocles Barcellos, suplente

Dr. Vicente Assunção, suplente

## Atos do Conselho

Ata da centésima décima sétima reunião do Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Doutor Israel Pinheiro da Silva.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, nesta cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, cinqüenta e quatro, décimo oitavo andar, às quinze horas, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Doutor Israel Pinheiro da Silva e com a presença dos Conselheiros abaixo assinados. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Conselheiro Virgílio Távora propôs a doação de um terreno, em Brasília, para construção da sede da Confederação dos Círculos Operários Católicos. O Conselho, após examinar o assunto, decidiu autorizar a doação de um dos módulos no Palácio do Trabalho que será destinado às diversas confederações de classe e já em projeto pelo Departamento competente da Novacap. Em seguida, resolveu o Conselho autorizar a Diretoria: a se efetuar coleta de preços para aquisição de 1 500 (mil e quinhentas) cadeiras destinadas ao cinema que a Novacap está construindo em Brasília, bem como para aquisição das cadeiras destinadas ao auditório da Escola-Parque, coleta essa que deverá ser feita entre firmas especializadas e que possam fazer pronta entrega; a comprar diretamente à fábrica o aparelho de projeção do cinema; a construir pelo regime de administração um pôsto de gasolina e lubrificação, destinado aos serviços da Novacap e que será por ela explorado diretamente; a adquirir uma turbina para repor a que foi cedida por empréstimo pelo Estado de São Paulo e cinco grupos "Diesel", destinados ao sistema de reserva da cidade; a adquirir, mediante coleta de preços, os materiais e aparelhamentos de procedência estrangeira destinados ao Hospital de Brasília, que se fizerem necessários ao funcionamento do mesmo em 21 de abril próximo e que não possam ser importados em tempo útil. Prosseguindo os seus trabalhos, resolveu o Conselho autorizar a Diretoria a realizar as seguintes concorrências: a) — concorrência administrativa para fornecimento e instalação do equipamento e fiação interna do sistema de votação eletrônica do Congresso Nacional; b) — concorrência administrativa para execução das obras civis das instalações da Central Termo Elétrica de reserva; c) — concorrência administrativa para fornecimento e montagem do equipamento, fiação e acessórios destinados aos sistemas de captação, gravação e distribuição de som e avisos luminosos, no edifício e anexos do Congresso Nacional. Resolveu, ainda, o Conselho aprovar a nova tabela de preços para os terrenos situados na Zona Comercial de Brasília, e, bem assim, fixar o preço de Cr\$ 3 000,00 (três mil cruzeiros) por metro quadrado construído para prédios de cinco pavimentos na Zona de Diversões, e o preço de Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros) o metro quadrado de área construída para as lojas internas de um pavimento, na referida zona. Finalmente, decidiu o Conselho que serão consideradas caso por caso as propostas de compra de terrenos na Zona de Diversões, destinados à

construção de cinemas, teatros e demais estabelecimentos congêneres. Nada mais havendo que tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, José Pereira de Faria, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e encerrada pelo Senhor Presidente (assinados) Israel Pinheiro, Bayard Lucas de Lima, Ernesto Dornelles, A. Junqueira Aires, Virgílio Távora, José Pereira de Faria.

Ata da centésima décima oitava reunião do Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Doutor Israel Pinheiro da Silva.

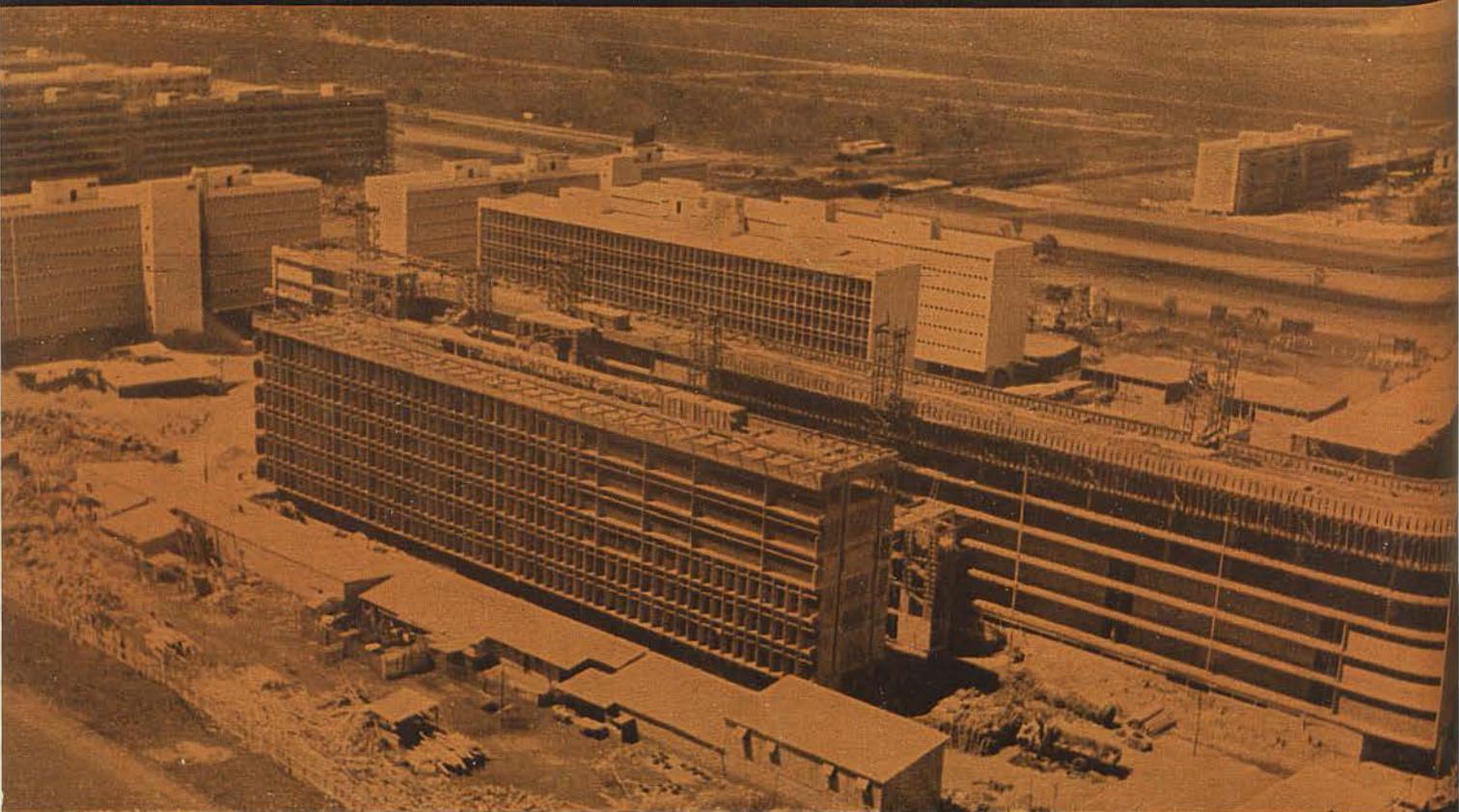
Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, nesta cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, cinqüenta e quatro, décimo oitavo andar, às dez horas, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, sob a presidência dos Conselheiros abaixo assinados. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o Senhor Presidente comunicou ao Conselho que, em virtude de se encontrar em Brasília o Doutor Israel Pinheiro, impossibilitado de vir ao Rio, assumia, por ser o conselheiro mais velho, a presidência dos trabalhos, passando a ler, então, o seguinte ofício que recebera da Diretoria: — "Senhor Presidente do Conselho de Administração. Conquanto a receita correspondente às vendas de terrenos de Brasília venha evidenciando um ritmo crescente nos últimos tempos, torna-se necessário, para reforço da Caixa da Novacap, efetuar com o Banco do Brasil adiantamentos periódicos e título de antecipação de receita. Dessa forma, Senhor Presidente, nesta oportunidade é de todo conveniente efetuar nova operação de crédito junto ao referido Banco no valor de . . . . Cr\$ 2 000 000 000,00 (dois bilhões de cruzeiros). Para tanto, urge que seja autorizado por esse Conselho a emissão de "Obrigações Brasília" no total de Cr\$ 2 200 000 000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), para efeito de depósito em custódia no Banco do Brasil S/A da operação de crédito acima mencionada, sendo que o excesso de . . . . Cr\$ 200 000 000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) constitui garantia subsidiária de 10% (dez por cento). Atenciosamente (assinado) Hélio M. Escobar, Chefe do Departamento Financeiro" — O Conselho, após exame do assunto, usando da competência privativa que lhe atribui o artigo 12, parágrafo 8.º da Lei n.º 2 874, de 19 de setembro de 1956, autorizou a emissão de Cr\$ 2 200 000 000,00 (dois bilhões e duzentos milhões) de "Obrigações Brasília", nas mesmas condições das emissões anteriores, bem como autorizou, também, a Diretoria a tomar todas as medidas necessárias à efetivação da operação de crédito solicitada no ofício acima transcrito. Nada mais havendo que tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, José Pereira de Faria, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e encerrada pelo Senhor Presidente. (assinados) Ernesto Dornelles, Virgílio Távora, Bayard Lucas de Lima, A. Junqueira, José Pereira de Faria.

Ala dos Ministérios, vendo-se ao fundo o Congresso Nacional (Foto de M. Goutherot).



# EM ABRIL PRÓXIMO BRASÍLIA SERÁ A CAPITAL DO PAÍS

Aproveite a oportunidade para adquirir os melhores lotes de Brasília, diretamente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital.



Terrenos de tôdas as dimensões para incorporação e vendas

Lotes para a construção de edifícios de 6 pavimentos

## INFORMAÇÕES NA SEDE DA NOVACAP EM BRASÍLIA E NOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA COMPANHIA:

Rio: Av. Almirante Barroso, 54 - 18º and.  
S. Paulo: Largo do Café, 14 2º and. - s/4  
B. Horizonte: R. Espir. Santo, 495 - s/ 803  
Goiânia: Avenida Goiás, 57 - 4.º and.  
Anápolis: Rua Joaquim Inácio, 417  
Curitiba: Praça Gal. Osório, 368 - s/ 804  
P. Alegre: R. Siqueira Campos, 1184 - s/306  
Recife: Avenida Guararapes, 161 - 11º and.

Senado Federal



SEN00170608